

Desafios e Estratégias em Alfabetização e Letramento: Perspectivas de Escolas Municipais de Nova Xavantina/MT

Weyla Rosicler da Silva Dendena¹, Edite Maria Sudbrack²

¹Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, RS, Brasil
weyladendena@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2182-5883>

²Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, RS, Brasil
sudbrack@uri.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9591-8038>

Resumo: A presente pesquisa explora os desafios e as implicações da defasagem na alfabetização e letramento durante a Pandemia de Covid-19 nas escolas municipais de Nova Xavantina, Mato Grosso. Inserida no contexto do Mestrado em Educação da URI, a pesquisa foca na linha de Políticas Públicas e Gestão de Educação, que investiga temas relacionados à política e gestão educacional. A pandemia acentuou as desigualdades existentes, impactando significativamente a alfabetização das crianças, evidenciando a falta de recursos tecnológicos e o despreparo de professores e alunos para o ensino remoto. A falta de apoio familiar e problemas de conectividade exacerbaram essa situação, criando um cenário onde muitas crianças se tornaram analfabetas escolarizadas. Nessa linha, este estudo analisa os relatos de professores e gestores das escolas municipais de Nova Xavantina para entender os desafios enfrentados durante a pandemia, as práticas pedagógicas adotadas e as políticas públicas implementadas. A pesquisa identifica a exclusão digital como um fator crucial que contribuiu para a defasagem na aprendizagem. A substituição repentina do ensino presencial pelo remoto revelou a falta de preparação e recursos necessários para uma transição eficiente, aprofundando as desigualdades educacionais. Além disso, a promoção automática, que permitiu a passagem de ano letivo sem a devida preparação, trouxe benefícios questionáveis e prejuízos significativos para os alunos. Os objetivos gerais e específicos da pesquisa visam explorar estratégias para reduzir a defasagem na alfabetização e letramento, analisando práticas pedagógicas e políticas públicas implantadas durante a pandemia. O estudo busca investigar as medidas tomadas e os impactos da promoção automática, oferecendo uma visão crítica e empírica dos problemas enfrentados. A pesquisa destaca a importância de políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas adaptadas para mitigar os efeitos negativos da pandemia na educação, promovendo um retorno seguro e responsável às aulas presenciais, com atenção especial ao apoio emocional dos alunos e à redução das desigualdades sociais.

Palavras-Chave: defasagem; alfabetização; pandemia; ensino remoto; políticas públicas; práticas pedagógicas.

Date of Submission: 13-06-2025

Date of Acceptance: 26-06-2025

I. Introdução

Este artigo dedica-se à análise dos dados produzidos através da coleta de entrevistas da comunidade escolar, cujo objetivo foi entender que estratégias podem ser implementadas no município de Nova Xavantina/MT para reduzir a defasagem em alfabetização e letramento, resultante do período pandêmico, buscando a superação dos desafios pedagógicos, políticos e sociais. As entrevistas focaram, ainda, em compreender, a partir das falas dos professores, quais os benefícios e prejuízos que a promoção automática traz ao aluno.

Tendo como base esses objetivos, apresentam-se, a seguir, os resultados da pesquisa, as falas, as observações e interpretações elaboradas a partir dos dados fornecidos pela pesquisa de campo e analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin. Esse tipo de análise utiliza os dados coletados para identificar o que é dito sobre o tema. Com o objetivo de identificar as percepções dos professores sobre a defasagem em alfabetização e letramento no município de Nova Xavantina/MT e os fatores que influenciam esse processo, a pesquisa possibilitou a interpretação dos dados teóricos e a compreensão das características subjacentes às mensagens analisadas (Bardin, 2011).

O processo de análise e interpretação de dados exige uma avaliação criteriosa, dada sua importância em identificar as melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa. Com essa concepção, optou-se por uma pesquisa de análise qualitativa, do tipo descritiva, pois essa abordagem permite compreender as teorias desenvolvidas no referencial teórico e estabelecer uma conexão com as informações obtidas nas entrevistas realizadas. A investigação proposta nesta pesquisa envolveu a análise de conteúdo, utilizando um conjunto de

instrumentos metodológicos aplicáveis a conteúdos e contextos extremamente diversificados. Com múltiplas técnicas, essa abordagem constitui uma hermenêutica controlada, baseada na dedução e inferência (Machado, 2020).

As três etapas seguidas para aplicar a análise de conteúdo envolveram:

a) Pré-análise, marcada pelo contato inicial, preparação e organização dos materiais coletados. Isso incluiu a leitura flutuante e individual, identificando as unidades de registro para proceder à sua categorização, considerando os objetivos da pesquisa.

b) Exploração do material, que abrangeu a codificação e categorização do material em três categorias:

1) **Estratégias de alfabetização e letramento:** Esses dados possibilitaram entender as práticas pedagógicas e metodológicas utilizadas para reduzir a defasagem em alfabetização e letramento ocorrida durante o período pandêmico.

2) **Significado de superação dos desafios pedagógicos:** Esses dados permitiram perceber quais os desafios e como os docentes estavam orientados para superar os desafios pedagógicos impostos pela pandemia, através de capacitações, desenvolvimento de novas metodologias de ensino e adaptação às tecnologias.

3) **Sentido de enfrentar desafios políticos e sociais:** Esses dados consideraram a reflexão sobre a capacidade das escolas em Nova Xavantina/MT de enfrentar os desafios políticos e sociais durante e após a pandemia. Isso incluiu a análise de políticas educacionais implementadas, apoio governamental e engajamento comunitário para a melhoria da educação.

A identificação dos sujeitos participantes das entrevistas se deu por meio da letra P seguida de um número, iniciando em 1 (P1, P2, P3, P4, P5). Participaram cinco professores, atuantes nas escolas municipais do município de Nova Xavantina/MT. A entrevista aconteceu de 01 a 05 de julho de 2024.

c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação, feitos por meio da inferência, que envolveu a sistematização, ordenação, interpretação e confrontação com as informações encontradas na literatura. Isso teve como ponto de referência os autores citados nas produções teóricas, que viabilizaram relacionar os conceitos, teorias e os dados encontrados, respondendo, assim, às questões norteadoras da pesquisa.

A sequência desta pesquisa apresenta os dados coletados junto aos professores municipais que aceitaram participar, discorrendo sobre as estratégias implementadas para reduzir a defasagem em alfabetização e letramento e superar os desafios pedagógicos, políticos e sociais pós-pandemia.

II. Estratégias de alfabetização e resultados

Sobre os conceitos de alfabetização e letramento, entende-se que ambos os processos não se limitam à simples prática didática de ler e escrever. E, consoante Santos *et al.* (2016), são dois conceitos e um processo. Dito de outra forma, “alfabetizar e letrar são processos distintos, mas inseparáveis. Alfabetização e letramento se somam” (SANTOS *et al.*, 2019, p. 2).

Nessa linha, Soares (1999) destaca que é importante que o letramento seja entendido como uma forma de encontrar prazer em diversos atos de leitura, em variados locais e condições. A autora afirma que a leitura não se restringe apenas ao ambiente escolar. Ou seja, as crianças trazem consigo diferentes experiências de letramento, adquiridas no ambiente familiar e social, antes de ingressarem na escola. Consequentemente, cada uma inicia o processo de alfabetização com uma bagagem única.

Por seu turno, Rego (2006), explica que, ao longo dos anos, a alfabetização escolar, no Brasil, tem sido objeto de numerosas controvérsias teóricas e metodológicas. Essas controvérsias exigem que as escolas, especialmente os profissionais envolvidos na alfabetização, tomem uma posição, o que certamente influenciará as práticas pedagógicas adotadas. No Brasil, por décadas, a discussão tem se concentrado na eficácia dos métodos de alfabetização. Dentre os estudos, métodos e conceitos que foram sendo investigados no decorrer do tempo, em diversos países, a autora explica que:

Se concebermos que o desenvolvimento da consciência fonológica é mera consequência da aprendizagem da leitura e da escrita ou da evolução psicogenética da criança a nossa postura pedagógica será a de que não necessitaremos de atividades específicas que estimulem esse tipo de reflexão, porém se considerarmos que o desenvolvimento da consciência fonológica é um facilitador da evolução psicogenética e da aprendizagem da leitura e da escrita transformaremos este tipo de reflexão num alvo pedagógico durante o processo de alfabetização (REGO, 2006, p. 5).

Nesse tocante, Rego (2006) disserta que, a partir da década de 1980, as pesquisas emergentes e as novas concepções teóricas abriram caminho para a proposição de modelos pedagógicos diversificados de alfabetização. Alguns desses modelos colocaram uma forte ênfase no processo de letramento, utilizando práticas de leitura e escrita na sala de aula. Outros modelos destacaram a necessidade de atividades específicas de alfabetização,

reconhecendo a importância de incorporar os resultados da literatura que investigou o impacto do estímulo à consciência fonológica na aprendizagem de sistemas de escrita alfabética.

Rego (2006) também explica a proposta que se incorporou aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e aos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil:

A proposta construtivista influenciada pelas pesquisas de Ferreiro e Teberosky (1986) e pelos modelos de leitura propostos por Goodman (1967) e Smith (1971) defende uma alfabetização contextualizada e significativa através da transposição didática das práticas sociais da leitura e da escrita para a sala de aula e considera a descoberta do princípio alfabético como uma consequência da exposição aos usos da leitura e da escrita que devem ocorrer de uma forma reflexiva a partir da apresentação de situações problema nas quais os alunos revelem espontaneamente as suas hipóteses e sejam levados a pensar sobre a escrita, cabendo ao professor o papel de intervir de forma a tornar mais efetiva esta reflexão (REGO, 2006, p. 5).

Nessa ótica, a alfabetização ocorreria por meio de uma imersão profunda das crianças nas práticas sociais de leitura e escrita, descartando atividades didáticas desvinculadas dessas práticas. A formação de um vocabulário estável, a partir dessas práticas, seria essencial para a criança descobrir o sistema alfabético, confrontando sua concepção original de escrita com a escrita convencional. Rego (2006) aclara que, para os adeptos dessa abordagem, não seria necessário o estudo sistemático das correspondências som-grafia ou atividades de estímulo à consciência fonológica, pois estas seriam consequências naturais da evolução conceitual da criança ao aprender leitura e escrita de forma reflexiva.

No entanto, há autores que discordam dessa proposta, estabelecendo diversas polêmicas em torno da alfabetização e letramento. Já, para Rego (2006), não é possível descartar a importância das práticas socioculturais de leitura e a apropriação da língua escrita como forma de comunicação, é incontestável que a descoberta do princípio alfabético e das convenções ortográficas é essencial para formar leitores e escritores autônomos. Portanto, defende uma proposta pedagógica que apoie o desenvolvimento pleno desses dois aspectos desde o início da escolaridade. Isso inclui a distribuição equilibrada e individualizada do tempo pedagógico entre atividades que incentivem o uso social da língua e aquelas que estimulem a consciência fonológica, salientando as relações entre as unidades sonoras das palavras e suas formas gráficas. E, ainda, ressalta que, “no Brasil, foram poucos os estudos que se preocuparam em investigar empiricamente os efeitos produzidos pelas inovações pedagógicas introduzidas na alfabetização de crianças a partir de 1980” (REGO, 2006, p. 7).

Dessa forma, a pesquisa ora desenvolvida se revela relevante, pois são poucos os estudos que focam em entender e analisar a defasagem na alfabetização e no letramento nas escolas, especialmente a partir da perspectiva dos professores. Esses profissionais são os principais agentes no processo de ensino e aprendizagem, e sua visão é fundamental para compreender essa realidade. Nesse viés, haja vista a categorização com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) para a verificação dos dados, passa-se, a partir de agora, a apresentar a análise da categoria Estratégias de alfabetização e letramento.

Essa categoria compõe-se por quatro perguntas das 12 realizadas aos professores, quais sejam: quais estratégias pedagógicas tem sido adotadas para minimizar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos nesse período?; quais recursos tecnológicos têm sido utilizados para auxiliar no processo de alfabetização e letramento durante a pandemia?; como tem sido o acesso e a utilização de materiais didáticos adequados para o ensino da alfabetização e letramento durante a pandemia?; e quais são suas principais expectativas e planos para superar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos após a pandemia?

O objetivo dessa categoria de análise das perguntas dirigidas aos professores foi entender as práticas pedagógicas e metodológicas utilizadas para reduzir a defasagem em alfabetização e letramento ocorrida durante o período pandêmico em Nova Xavantina/MT. Esses dados forneceram uma visão detalhada das estratégias adotadas pelos educadores para enfrentar os desafios impostos pela pandemia e melhorar a aprendizagem dos alunos nesse contexto.

A primeira pergunta que compõe a categoria – quais estratégias pedagógicas têm sido adotadas para minimizar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos nesse período? – recebeu as respostas que estão no Quadro 1:

Quadro 1: respostas à pergunta quais estratégias pedagógicas têm sido adotadas para minimizar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos nesse período?

Professor	Resposta
P1	Uso de jogos digitais e construídos pelos próprios alunos, o aluno aprende brincando, se divertindo e interagindo.
P2	Jogos lúdicos, para que fizessem com os pais. Jogos de matemática e tabuada, por vezes online, por vezes impressos. Após a pandemia foi preciso buscar material adequado ou que desse conta de amenizar um pouco a defasagem, pois voltaram com muita defasagem para a escola.

P3	Eram enviadas atividades no grupo de WhatsApp, para que fossem feitas no caderno, eram enviados vídeos e vídeoaula. A devolução das atividades era mínima. No pós-pandemia foi necessário fazer o resgate de conteúdo e pensar em atividades que dessem conta do que se perdeu durante o isolamento. A família não tem ajudado.
P4	Eram enviadas atividades online e impressas, em semanas intercaladas. Mas com pouco retorno das mesmas. Agora, o trabalho é com atividades que recuperam o que não foi aprendido, tento usar muito o lúdico.
P5	Orientações explicando que podiam usar tampinhas, garrafas pet, palitinhos, caixa de ovos, para trabalhar a matemática, na introdução do sistema decimal, unidade, dezena e centena. Quando mandava as atividades para casa, os pais podiam ajudar em casa, pois acompanhavam os vídeos, que eram uma orientação para os pais mais que para as crianças. O retorno foi muito positivo dos pais, pois eles tinham esses materiais e conseguiram usá-los de maneira lúdica. Fizeram as atividades, os brinquedos e devolviam os feedbacks e até hoje é feito dentro da sala desse jeito, com tampinha, palitinho, lápis de cor, e montam e fazem a decomposição do número, brincando. Não precisam saber a nomenclatura, mas aprendem o conteúdo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Consoante as respostas, percebe-se que os professores intercalaram envios de atividades online, seja pelo sistema que a escola usava, seja pelo grupo de WhatsApp de cada turma, com atividades impressas, que deveriam ser retiradas em cada escola. Como estratégias, no período de isolamento, as professoras indicaram que se valerem de jogos, tanto digitais como com materiais reciclados, ensinando, através de vídeos, como os alunos e pais deveriam usá-los para aprender determinado conteúdo. Assim, a ideia era que conseguissem aprender, brincando. No retorno às aulas presenciais, as estratégias estão voltadas para sanar as lacunas que ficaram ainda empregando muito o lúdico.

As falas dos professores destoam dos documentos municipais, pois, de acordo com o jornal oficial eletrônico dos municípios (Mato Grosso, 2023), a Secretaria implementou estratégias e metodologias para atender às necessidades educacionais dos alunos durante o ensino não presencial, incluindo a distribuição de atividades impressas conforme necessário. Houve também um acompanhamento contínuo, orientação e avaliação do planejamento das atividades. A programação curricular foi desenvolvida levando em conta os recursos disponíveis na instituição de ensino e as características individuais dos alunos. Para a Educação Infantil, foram fornecidas orientações informais e educativas aos pais ou responsáveis para a realização de atividades estruturadas com as crianças. A isso, os profissionais entrevistados garantiram que receberam muitas cobranças, no entanto, nenhuma formação ou orientação.

A alfabetização e o letramento são processos complexos que requerem a mediação docente presencial. Segundo Soares (2004), a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias. Algumas são caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático, especialmente na alfabetização em suas diversas facetas. Outras metodologias são incidentais, indiretas e subordinadas às possibilidades e motivações das crianças. Soares (2004) menciona que o ensino direto, explícito e sistemático enfatiza a apresentação clara e imparcial do conteúdo, com uma sequência abrangente e formal de atividades. Para garantir uma aprendizagem bem-sucedida, é essencial entender e aplicar diferentes metodologias no processo de alfabetização e letramento das crianças. Metodologias diretas, explícitas e sistematizadas devem ser aliadas a práticas incidentais e motivacionais, possibilitando uma educação integral e equilibrada.

Nesse rumo, Santos e Zaboroski (2020) enfatizam a importância do ensino remoto e da educação a distância durante a pandemia, destacando que ele foi crucial para a continuidade das atividades acadêmicas enquanto as escolas estavam fechadas para conter a propagação do vírus. Esse modelo de ensino não apenas garantiu a continuidade do aprendizado, mas também preservou o contato entre professores e alunos, essencial para o processo educacional.

Gomes (2021) salienta que o processo de alfabetização, que já é complexo por natureza, tornou-se ainda mais desafiador durante o distanciamento social. A responsabilidade pela organização e interação, anteriormente exclusiva da escola, passou a ser compartilhada com as famílias, consoante explicitado pelo Professor 2 e pelo Professor 5, isso também fica evidente, na fala do Professor 1.

As novas estratégias educacionais desenvolvidas para enfrentar os impactos da Pandemia de Covid-19 exigiram uma colaboração próxima com as famílias, orientando alunos e responsáveis no apoio às atividades escolares remotas, como afirma o Professor 5: *“Quando mandava as atividades para casa, os pais podiam ajudar em casa, pois acompanhavam os vídeos, que eram uma orientação para os pais mais que para as crianças”*. Nesse contexto, a tecnologia digital tornou-se fundamental para mediar o conhecimento e a aprendizagem de forma pedagógica.

Por seu turno, conforme o Senado Federal (BRASIL, 2022), o retorno às aulas presenciais apresentou um desafio complexo: recuperar o conteúdo não assimilado e lidar com as sequelas psicossociais que afetaram alunos e professores após quase dois anos afastados do ambiente escolar devido à Pandemia de Covid-19. Isso foi apontado por três entrevistados – P2, P3 e P4, que asseveraram: *“após a pandêmica foi preciso buscar material adequado ou que desse conta de amenizar um pouco a defasagem, pois voltaram com muita defasagem para a escola”* (P2); *“no pós-pandemia foi necessário fazer o resgate de conteúdo e pensar em atividades que dessem*

conta do que se perdeu durante o isolamento” (P3); “Agora, o trabalho é com atividades que recuperam o que não foi aprendido, tento usar muito o lúdico” (P4).

Acerca de como trabalhar a alfabetização e letramento nas escolas, nesse retorno às aulas presenciais, os professores se mostraram bastantes inseguros e sem orientação dos órgãos governamentais, atuando segundo seus conhecimentos, envoltos de muitas dúvidas e dificuldades. De acordo com os professores participantes desta pesquisa, buscam inserir o lúdico em todas as atividades para que possam retornar ao que ficou perdido, tentando conciliar ao conteúdo do ano, a fim de que os alunos possam aprender se divertindo.

Contudo, fica claro que:

[...] as aprendizagens alfabetizadoras exigem muito além que sondagens sistêmicas, uma vez que precisamos criar materiais que melhorem essa aprendizagem da melhor forma possível. É preciso, ainda, que esse professor conheça a BNCC e os diálogos possíveis que cada área faz entre si, contribuindo, assim, para a vinculação de conceitos e competências, que respeitem esse cenário adverso. Só assim, ele pode convidar o aluno para uma aprendizagem mais participativa e significativa, de fato (OLIVEIRA; BORGES; SILVA, 2022, p. 63).

Nesse cenário, os professores devem buscar estratégias que promovam a interligação entre as diversas disciplinas, criando um ambiente de aprendizagem mais “palpável” e significativo. Ao fazer isso, ajudam os alunos a verem as conexões entre os diferentes saberes, tornando a aprendizagem mais relevante e aplicável à vida real. Esse tipo de abordagem não apenas melhora a compreensão dos conteúdos, mas também contribui para o desenvolvimento de competências essenciais, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração.

Na sequência, a pergunta “quais recursos tecnológicos têm sido utilizados para auxiliar no processo de alfabetização e letramento durante a pandemia?” foi feita aos professores, que responderam conforme o Quadro 2 mostra:

Quadro 2: respostas à pergunta quais recursos tecnológicos têm sido utilizados para auxiliar no processo de alfabetização e letramento durante a pandemia?

Professor	Resposta
P1	O uso de smartphones, <i>tablets</i> e computadores vem ganhando cada vez mais importância dentro do ambiente escolar que, por sua vez, percebe essas ferramentas como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e o pensamento computacional como meios facilitadores da aprendizagem em sala de aula e fora dela.
P2	Computador, celular, gravar vídeos, sugerir vídeos do youtube, elaborar logos ou sugerir jogos online. Jogos lúdicos, vídeos explicativos, vídeos com contação de história.
P3	Computador, celular, gravar vídeos, sugerir vídeos do youtube, elaborar jogos ou sugerir jogos online, grupos do WhatsApp, embora quase nunca o professor fosse procurado para entender as atividades ou para qualquer interação.
P4	Computador, celular, gravar vídeos, sugerir vídeos do youtube, sugerir jogos online.
P5	Os vídeos e cada atividade colocava o site de onde foi retirado, para que quem pudesse e quisesse acessasse, se tinha jogos, avisávamos. Agora, também tem esse acesso, e se o pai tem limite do filho, a internet traz muitos benefícios. A escola tem sala de informática, e usamos muito, temos a lousa digital. Uso o celular para mostrar algumas histórias e vídeos em sala às vezes também.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Apesar das adversidades enfrentadas, o ensino remoto desempenhou um papel crucial na manutenção do ensino durante a pandemia e pode continuar sendo uma alternativa viável mesmo após a normalização das condições. Logo, os professores apresentaram como recursos tecnológicos usados durante o isolamento, o computador e celular, explicando que eram empregados para gravar vídeos, enviar as atividades, ministrar as aulas, ter contato com alunos e pais. Por sua vez, sobre as aulas presenciais, percebe-se que a estratégia de vídeos e jogos continua sendo empregada, ou em sala, ou sugerida como atividade para ser feita em casa.

Destaca-se a fala do Professor 5: “os vídeos e cada atividade colocava o site de onde foi retirado, para que quem pudesse e quisesse acessasse, se tinha jogos, avisávamos. Agora, também tem esse acesso, e se o pai tem limite do filho, a internet traz muitos benefícios. A escola tem sala de informática, e usamos muito, temos a lousa digital. Uso o celular para mostrar algumas histórias e vídeos em sala às vezes também”. Fica claro o entendimento de que a tecnologia pode e deve ser usada a favor da educação, tanto que o Professor 5 realça que usa muito a sala de informática disponível na escola.

Em consonância com o preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelos Parâmetros Curriculares, a alfabetização e o letramento devem ser integrados a um contexto que considere a realidade dos alunos, valorizando os conhecimentos prévios que trazem consigo. Nesse sentido, é imprescindível reconhecer o papel da tecnologia como ferramenta educacional contemporânea. A incorporação adequada da tecnologia no processo de ensino não apenas amplia as possibilidades de aprendizagem, mas também promove uma educação mais inclusiva e contextualizada. Ao incorporar recursos tecnológicos de maneira pedagogicamente eficaz, os

educadores podem potencializar o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e interpretação, garantindo uma formação integral e adaptada às demandas do século XXI.

Nesse sentido, Santos (2021) reflete que a escola enfrenta o desafio de oferecer experiências significativas com a escrita, permitindo que as crianças a incorporem em tarefas relevantes e essenciais para suas vidas e complementa:

Dizemos isso, considerando que crianças não são envolvidas a fazerem uso da escrita em situações de trabalho ou comerciais, que lhes exijam escrever cotidianamente como muitos adultos. De modo geral elas não têm necessidade de preencher formulários, fazer relatórios, produzir listas de compras ou similares em suas vivências diárias. Além disso, na contemporaneidade a “escrita à lápis” em cadernos, folhas de papel, atividades impressas e cópias das “lições escritas no quadro negro” são atividades escolares, cada vez mais desinteressantes e distantes da realidade infantil. Em contrapartida, há outros modos e outros suportes de produção escrita como os muitos recursos tecnológicos que possibilitam o uso de ícones, imagens, memes, mensagem de voz e vídeos (SANTOS, 2021, p. 80).

Esses novos modos de produção escrita não apenas refletem a realidade digital em que as crianças estão imersas, mas também proporcionam oportunidades para expressar criatividade e comunicar-se de maneiras diversificadas e interativas. Assim, é importante que a escola reconheça e integre essas novas formas de escrita em suas práticas pedagógicas, garantindo que os alunos se engajem de maneira significativa e relevante com o aprendizado da linguagem escrita.

Em continuidade, a próxima pergunta que compõe essa categoria é “como tem sido o acesso e a utilização de materiais didáticos adequados para o ensino da alfabetização e letramento durante a pandemia?”. As respostas a elas seguem descritas no Quadro 3:

Quadro 3: respostas à pergunta como tem sido o acesso e a utilização de materiais didáticos adequados para o ensino da alfabetização e letramento durante a pandemia?

Professor	Resposta
P1	Os docentes que criaram grupos com os pais e responsáveis dos alunos no WhatsApp, deram orientações, tirando dúvidas e mantendo uma comunicação constante.
P2	Que acesso e que materiais? Talvez o Alfabetiza, mas não trouxe materiais, estratégias, orientação, somente as avaliações para serem aplicadas. E esse material não corresponde à realidade, nem alcançando o 3º, 4º e 5º anos.
P3	Não tem. Há o programa Alfabetiza, mas não é nenhum método novo ou sugestões e orientações, muito menos materiais. Reforçando que esse é o primeiro ano que vai ter, que irá até o quinto, mas não tenho perspectiva de que venha material ou orientação que nos ajude em sala.
P4	Não tem. Tem o Alfabetiza, que está começando, mas não houve formação algum, vieram só as avaliações para os alunos, por enquanto.
P5	Quanto às políticas públicas, estão vindo materiais, há acompanhamento da assistência social, mas o maior problema é a família, que dificulta o processo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que concerne ao acesso e à utilização de materiais didáticos adequados para o ensino da alfabetização e letramento durante o isolamento e no pós-isolamento, os professores foram unânimes em afirmar que não receberam materiais que os pudessem auxiliar durante as aulas a distância. Ademais, no retorno às aulas presenciais, o que notaram é a implementação do Programa Alfabetiza, que está em andamento no ano de 2024, por isso, não tem muitas informações.

Para Batista e Aureliano (2023), os materiais didáticos desempenham um papel essencial no desenvolvimento dos educandos, promovendo sua autonomia ao explorar e manipular objetos e contextos ao seu redor. A necessidade de práticas docentes inovadoras que acompanhem o avanço da sociedade é cada vez mais evidente, enriquecendo o processo educacional ao transformar o aluno de um receptor passivo em um participante ativo do conhecimento. Com a Pandemia da Covid-19, essa necessidade de inovação se intensificou, com os recursos didáticos agora incorporando ferramentas digitais essenciais para a construção do aprendizado dos alunos. Dessa forma, os recursos didáticos são fundamentais como ferramentas para os professores guiarem o processo de ensino-aprendizagem de maneira eficaz.

Ao que tange o acesso a materiais didáticos e ao trabalho do professor, no período de isolamento, Phillipps *et al.* (2022, s/p.) reiteram:

O professor, que é o principal mediador do ensino e da aprendizagem, precisou descobrir novas formas de realizar esse processo. A sobrecarga de trabalho e o contexto envolvido na modificação do ambiente laboral – isto é, a quebra – clara da

divisão entre o ambiente de trabalho e o familiar, junto com a necessidade de administrar as novas tarefas, desempenhar adequadamente as funções junto à instituição na qual estavam inseridos, proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, suprir as demandas dos alunos e o fato de a doença ainda estar presente no país em um contexto sem precedentes e inseguro, poderiam gerar consequências no estado de saúde geral dos professores.

Apesar da sobrecarga mencionada, muitos professores enfrentaram esses desafios sem o suporte adequado para se adaptarem rapidamente ao novo meio de ensino remoto. A transição para aulas a distância ou remotas exigiu não apenas habilidades técnicas, mas também uma nova abordagem pedagógica e didática. A falta de treinamento específico e de recursos adequados pode ter impactado negativamente a qualidade do ensino oferecido e também a saúde emocional dos professores. É fundamental reconhecer que, diante de um contexto de incertezas e adaptações constantes, os professores necessitam de apoio contínuo e capacitação adequada para enfrentar os desafios educacionais emergentes.

Por fim, a pergunta “quais são suas principais expectativas e planos para superar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos após a pandemia?” encerra essa categoria de estratégias de alfabetização e letramento, recebendo as seguintes respostas:

Quadro 4: respostas à pergunta quais são suas principais expectativas e planos para superar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos após a pandemia?

Professor	Resposta
P1	Identificar estratégias pedagógicas utilizadas por professores alfabetizadores no período pós-pandemia; e refletir como a pandemia impactou nos processos de ensino e aprendizagem.
P2	Acredito que não vai dar para suprir, para o que houve serão necessários 5 anos para resolver.
P3	Sinceramente, não tenho, faço o que posso dentro da sala de aula, com as realidades que tenho a cada ano.
P4	Não sei de nenhuma política que pense nisso.
P5	Já superamos muito depois da pandemia, mas é preciso avançar muito, principalmente deixar de ser delegadas tantas funções à escola que não são dela. Talvez o excesso de modernidade esteja atrapalhando um pouco, as vezes é preciso voltar, recuperar valores. Uma das frustrações é a não aprovação, porque se esforçar se vai passar de qualquer maneira. Vejo que as novas teorias colocam a reprovação como punitiva, não é assim, não é punição, mas queremos alunos que saibam alguma coisa, profissionais que saibam algo. Hoje se pesquisa tudo o tempo todo no Google.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Sobre o questionamento das expectativas e planos dos professores para superar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos após a pandemia, constatou-se o quão desmotivados e sem expectativas estão os professores. Suas respostas evidenciam que entendem que as defasagens são muitas, não sendo possível supri-las, por mais que façam. Além disso, o Professor 2 afirma que serão necessários ainda cinco anos para que essa defasagem seja resolvida, esse dado, acrescido da afirmação de que desconhecem políticas públicas que estejam, efetivamente, focando em sanar as dificuldades que ficaram e são gritantes acerca da alfabetização e letramento. Nesse sentido, o Professor 5 lembra que “é preciso avançar muito, principalmente deixar de ser delegadas tantas funções à escola que não são dela”.

Nessa linha, ademais de não conseguirem apontar expectativas, o Professor 5 desabafa sua frustração, que talvez seja a de muitos docentes: “uma das frustrações é a não aprovação, porque se esforçar se vai passar de qualquer maneira. Vejo que as novas teorias colocam a reprovação como punitiva, não é assim, não é punição, mas queremos alunos que saibam alguma coisa, profissionais que saibam algo”. Essa inquietação, demonstra a percepção de profissionais que atuam na Educação Básica e que estão vivenciando a realidade da educação brasileira:

Muitos docentes que retornaram para as salas de aula estão enfrentando cenários assustadores de alunos que não conseguem cumprir tarefas simples, seguir comandos e orientações básicos. A maioria dos alunos não sabe ler e escrever corretamente, não só alunos das séries iniciais do ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano), como também alunos do ensino fundamental 2 (6º ano 9º ano) (OLIVEIRA; BORGES; SILVA, 2022, p. 55).

Parece que, apesar dos esforços contínuos em implementar leis, políticas públicas e programas educacionais, além dos consideráveis investimentos financeiros, os resultados visíveis na alfabetização e letramento não acompanham essas iniciativas. Existe uma discrepância notável entre o que está registrado nos documentos e o que realmente se verifica na prática educacional. Essa disparidade indica a necessidade urgente de revisão e ajuste das abordagens educacionais para garantir que os recursos e esforços investidos resultem em melhorias concretas e sustentáveis na educação.

III. Significado de superação dos desafios pedagógicos

A garantia da alfabetização para todas as crianças brasileiras tem sido um desafio histórico e complexo, especialmente agravado durante a pandemia, devido às profundas desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais que caracterizam nossa realidade. Esses fatores têm impactado negativamente a qualidade da educação escolar oferecida a todas as crianças e adolescentes.

Acerca disso, Melo e Tassoni (2024, p. 83), versam que

Embora a Pandemia da Covid-19 tenha afetado a educação escolar em diversos países do mundo, no Brasil, a situação é apontada como ainda mais grave, seja porque significativa parcela da população estudantil não teve acesso às ações de ensino remoto emergencial por escassez de internet e ou tecnologias digitais, seja porque foi um dos países em que as crianças passaram o maior número de dias afastadas das escolas. Ressalte-se, ainda, a omissão do governo federal na disponibilização e na condução de políticas educacionais que pudessem fazer frente à situação de calamidade educacional, deixando sobre as famílias e educadores/as a responsabilidade pelo desenvolvimento de iniciativas de manutenção de vínculos com os/as estudantes como forma de evitar o abandono escolar.

Para as autoras, os efeitos adversos da pandemia foram intensificados pelos impactos das desigualdades sociais e educacionais, além da fragilidade do sistema educacional brasileiro, que sofre com subfinanciamento, estruturas antiquadas e má gestão. Esses fatores, somados à falta de um projeto educacional democrático e inclusivo, prejudicaram especialmente aqueles que mais dependem da educação escolar para melhorar sua condição social. Melo e Tassoni (2024) corroboram sua afirmação com uma pesquisa recente do Unicef (2023) sobre a pobreza infantil e juvenil no Brasil, que mostra que houve um aumento na proporção de crianças de sete anos que não dominam a leitura e a escrita, passando de 20% para 40% entre 2019 e 2022, com impactos significativos entre crianças negras e aquelas mais afetadas pela pandemia durante o crucial período de alfabetização.

Em se tratando da categoria dos desafios pedagógicos, seis perguntas ajudam a tecer o entendimento acerca deles: quais são os principais desafios enfrentados por você enquanto professor(a) na alfabetização e letramento durante o período pandêmico nas escolas municipais?; quais são as principais dificuldades encontradas pelos alunos no processo de alfabetização e letramento nesse contexto?; que iniciativas têm sido realizadas para envolver as famílias no processo de alfabetização e letramento dos alunos?; quais são os principais aspectos positivos que podem ser destacados no processo de alfabetização e letramento durante o período pandêmico nas escolas municipais?; como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais?; e como você, enquanto docente, vê a progressão automática dos alunos das escolas municipais, tendo em vista o período pandêmico e suas consequências?

O primeiro questionamento tencionou saber sobre os principais desafios enfrentados pelos professores do município de Nova Xavantina/MT na alfabetização e letramento durante o período pandêmico e no retorno às aulas presenciais, nesse pós-pandemia. As respostas a essa questão são apresentadas na sequência.

Quadro 5: respostas à pergunta quais são os principais desafios enfrentados por você enquanto professor(a) na alfabetização e letramento durante o período pandêmico nas escolas municipais?

Professor	Resposta
P1	A falta de contato com o aluno e a falta de acompanhamento da família na realização das atividades. Assim, os professores tiveram que se reorganizar e pensar como se daria a continuidade do trabalho educativo mediante o distanciamento social obrigatório estabelecido, ainda mais os que realizavam trabalho com as crianças em fase de alfabetização.
P2	Chegar até o aluno, porque ele, na verdade, ficou sozinho. As atividades que deveriam ser buscadas na escola, pelos pais, a maioria não chegava aos alunos, ficaram na escola. E, nesse tempo, alegava-se e segue se alegando que o aluno teve várias perdas, e realmente teve, mas não teve compromisso por parte dos pais também.
P3	Os pais foram a maior dificuldade enfrentada, que não tinham nem a responsabilidade de pegar as atividades na escola, de fazer um horário de estudo para os filhos.
P4	O comprometimento, os professores estavam online, mas os alunos não procuravam, não entravam nas aulas, não acessavam a sala de aula online. Os pais deixaram a desejar. Independente da atividade que o professor elaborasse, aula diferenciada, vídeos, as atividades não eram acessadas, nem abertas, as atividades não eram feitas. Foi exigido muito do profissional, mas não houve a contrapartida da família.
P5	Falta do coletivo, da criança presente. Quando mandava as atividades para casa, os pais podiam ajudar em casa, pois acompanhavam os vídeos, que eram uma orientação para os pais mais que para as crianças. Mas assim, muitas crianças não entendiam o processo ainda, pois os pais não eram letrados. Foi um processo cansativo, mas eu tive resultados positivos. A criança que tem vontade de aprender e tinha pais que apoiavam a criança aprendeu, quem não tinha isso, traz essa defasagem até hoje.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As respostas denotam que o maior desafio para a alfabetização e letramento foi o distanciamento, a falta de contato presencial com o aluno, somando-se à dificuldade de que as atividades e aulas propostas pelos professores chegassem até o aluno, haja vista a falta de acompanhamento dos pais, falta de rotina de estudo em casa. No termos do Professor P2: *“chegar até o aluno, porque ele, na verdade, ficou sozinho. As atividades que deveriam ser buscadas na escola, pelos pais, a maioria não chegava aos alunos, ficaram na escola”*.

Segundo a professora Carlota Boto, diretora da Faculdade de Educação da USP, em entrevista ao programa de rádio USP (2021), é essencial reconhecer que o momento atual é desafiador. Historicamente, a alfabetização demanda uma atenção cuidadosa e presencial por parte do educador e isso ficou evidente, sobretudo ao que toca os alunos em fase de alfabetização e letramento. Oliveira (2024) ratifica a fala da professora Boto, ao corroborar que o processo de aprendizagem humana é intrinsecamente ligado à interação social e à mediação mútua. Na escola, a interação entre professor e aluno é fundamental para o sucesso do ensino.

[...] durante a pandemia, um grande número de crianças foi privado do acesso ao espaço alfabetizador adequado e de mediações apropriadas feitas pelos profissionais alfabetizadores, devido à obrigatoriedade do isolamento social. A substituição das trocas de aprendizagem presenciais, tão necessária nessa etapa de vida da criança com seus pares, causaram danos significativos para o processo de ensino e aprendizagem de alfabetização (OLIVEIRA; BORGES; SILVA, 2022, p. 58).

A entrevista enfatiza a contínua importância da escola, demonstrando que muitos pais enfrentaram desafios significativos ao tentar auxiliar seus filhos no processo de ensino e aprendizagem. Entre os fatores que contribuíram para essas dificuldades estão a falta de preparo pedagógico, a sobrecarga de responsabilidades familiares e profissionais, e a dificuldade em estabelecer uma rotina de estudos eficaz. Esses obstáculos reforçam a necessidade de um ambiente escolar estruturado e de profissionais capacitados para garantir o sucesso educacional dos alunos.

De outra banda, novamente, percebe-se que os professores, ao longo de todo esse processo, se sentiram desvalorizados, consoante observa-se na fala do Professor 4: *“os professores estavam online, mas os alunos não procuravam, não entravam nas aulas, não acessavam a sala de aula online. Os pais deixaram a desejar. Independente da atividade que o professor elaborasse, aula diferenciada, vídeos, as atividades não eram acessadas, nem abertas, as atividades não eram feitas. Foi exigido muito do profissional, mas não houve a contrapartida da família”*.

A concepção de Cordeiro (2019, p. 77) ajuda a entender o cenário dos professores:

Muitos são os educadores que vencidos pelo medo, pelo cansaço, pelas prescrições que recebem das entidades governamentais ou mesmo empresariais, que já não acreditam na transformação da educação. Que desesperançados, aceitam naturalmente as situações de exclusão, de desumanização, e que se calam diante das injustiças, somente reproduzindo mecanicamente formas de ensinar e transmitindo os conteúdos aos educandos pelo autoritarismo, desestimulados a mudar sua realidade, sem se conscientizarem de suas ações.

Por conseguinte, conforme Cordeiro (2019), para que homens e mulheres recriem e ressignifiquem o mundo, precisam estar conscientes e engajados na luta por uma mudança verdadeira da realidade. No entanto, deixa-se aqui uma inquietação: como os professores farão isso se não são respeitados, valorizados, e se sentem desmotivados e sobrecarregados?

A fala do Professor 5: *“mas assim, muitas crianças não entendiam o processo ainda, pois os pais não eram letrados”* ilustra de maneira clara os desafios adicionais que a pandemia trouxe para o processo de alfabetização. O período pandêmico não apenas interrompeu a presença física dos professores, essenciais para o acompanhamento diário e próximo da aprendizagem dos alunos, mas também revelou as profundas desigualdades sociais. Muitas crianças, ao serem privadas do ambiente escolar, não conseguiam progredir no processo de alfabetização devido à falta de apoio em casa, já que seus pais, muitas vezes, não eram alfabetizados e, portanto, incapazes de auxiliá-las adequadamente. Esse cenário evidenciou a realidade de uma parcela significativa da população, ressaltando a necessidade de estratégias educacionais que considerem e mitiguem essas disparidades sociais.

A segunda pergunta que compôs esta categoria – quais são as principais dificuldades encontradas pelos alunos no processo de alfabetização e letramento nesse contexto? – complementa a anterior. Como respostas a elas, os professores asseveraram:

Quadro 6: respostas à pergunta quais são as principais dificuldades encontradas pelos alunos no processo de alfabetização e letramento nesse contexto?

Professor	Resposta
P1	Por apresentarem problemas como: falta de atenção, distração, perda do interesse por novas atividades, deixar atividades ou trabalhos inacabados, dificuldade para seguir instruções do professor, faltar às aulas.
P2	A falta de contado deixou o aluno sozinho no momento da alfabetização, e como os pais não assumiram o compromisso de organizar os horários para que as crianças assistissem as aulas online, nos dias marcados, a dificuldade aumentou. Ao contrário do que ocorreu nas escolas particulares, que conseguiram cobrar dos pais e alunos a assiduidade para que todos assistissem e participassem das aulas online.
P3	O aluno ficou sem apoio, sem o suporte essencial na alfabetização, pois além da falta de compromisso de muitos pais, outros tantos eram analfabetos e, por isso, não conseguiam ajudar, por mais que desejassem.
P4	Com certeza o estar sozinho frente as atividades, sem as técnicas, métodos e olhar do professor.
P5	É preciso entender que a criança não é o problema, e eu tento trabalhar e dar o melhor de mim, não julgo jamais a criança, tem que acolher e trazer os pais para perto, entender e conversar com eles, mostrar, ser firme com eles, seu filho vai daqui até aqui, você quer que ele vai até ali, sou positiva com os pais, mas firme, às vezes me acham grossa, mas acho que falar a verdade e contar com eles é fundamental. A maior parte das nossas crianças está com a família desestruturada, por isso, se não acolher a família e não mostrar o caminho para o filho evoluir, a aprendizagem não acontece.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As respostas a essa indagação ratificam as já dadas anteriormente, a maior dificuldade relaciona-se ao fato de o aluno das escolas municipais ter ficado sem apoio presencial: “a falta de contado deixou o aluno sozinho no momento da alfabetização”(P2); “o aluno ficou sem apoio, sem o suporte essencial na alfabetização” (P3); “com certeza o estar sozinho frente as atividades, sem as técnicas, métodos e olhar do professor” (P4).

Em razão disso, o retorno à sala de aula mostrou-se desastroso.

As limitações impostas pelo ensino remoto emergencial ocasionaram processos educativos superficiais e, portanto, insuficientes para garantir a aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, na pandemia houve defasagem no processo de letramento das crianças, que começa muito cedo, antes mesmo das práticas de alfabetização, contribuindo para que a aprendizagem da leitura e da escrita ocorra de forma significativa (MELO; TASSONI, 2024, p. 85-86).

Ao retornar as aulas presenciais, a defasagem, que já existia, avultou-se consideravelmente. De acordo com a pesquisa do Senado Federal (2022), a pandemia afetou significativamente a aprendizagem dos alunos. Entre os principais desafios estavam a falta de tempo e a dificuldade dos pais em ajudar nos estudos, a ausência de um ambiente adequado para as aulas virtuais e a ineficácia do ensino remoto, especialmente para crianças. A falta de acesso a equipamentos essenciais, como internet e dispositivos eletrônicos, foi outro grande obstáculo. Além disso, o isolamento e a falta de interação social com colegas causaram dificuldades emocionais para crianças e adolescentes. A redução da interação entre alunos comprometeu a aprendizagem colaborativa e o compartilhamento de ideias.

Ainda, o Senado Federal (BRASIL, 2022) destacou que o retorno às aulas presenciais em escolas públicas e privadas no início de 2022 revelou um desafio complexo – a recuperação do conteúdo não assimilado durante a pandemia. Uma pesquisa qualitativa do DataSenado (BRASIL, 2022) sobre a educação durante a crise evidenciou os profundos impactos no processo de aprendizagem. Entrevistas realizadas nas cinco maiores capitais de cada região do Brasil indicaram um significativo retrocesso no ensino. A defasagem de aprendizagem se tornou ainda mais evidente, agravada pelos prejuízos psicológicos sofridos pelos alunos. Esses fatores ressaltam a marcante presença da defasagem escolar no retorno às aulas presenciais, sublinhando a necessidade urgente de estratégias eficazes para mitigar esses impactos negativos.

Nessa linha, o Professor 1 apresentou sinais que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem durante o isolamento, dada a distância, ao fato de que era preciso prender a atenção dos alunos estando frente a uma tela. E, por sua vez, os alunos não estavam em ambiente calmo, adaptado para a aula, com diversas distrações disponíveis. Tais característica, identificadas no ensino a distância, persistiram e se fortaleceram em sala de aula, ficando mais acentuados: “por apresentarem problemas como: falta de atenção, distração, perda do interesse por novas atividades, deixar atividades ou trabalhos inacabados, dificuldade para seguir instruções do professor, faltar às aulas” (P1).

Estudo realizado por Akiyoshi *et al.* (2023), analisando o retorno à sala de aula no pós-pandemia, confirma a constatação do Professor 1, pois trazem dados de que, no retorno às aulas presenciais, houve uma dificuldade específica dos alunos nas duas escolas para seguir regras, rotina e comportamento. A palavra “rotina” surgiu, na pesquisa, tanto como uma dificuldade quanto como uma estratégia adotada. Na percepção dos pais, 33,3% acreditam que seus filhos não conseguiram socializar como antes. Entre os comportamentos mais comuns relatados na sala de aula, as professoras da Escola A destacaram indisciplina (19%), dificuldade de concentração (19%) e inquietação (19%), enquanto na Escola B as dificuldades principais foram seguir regras e rotinas (20%).

Ainda acerca das falas resultantes dessa categoria, traz-se, a assertiva do Professor 5: “*É preciso entender que a criança não é o problema, e eu tento trabalhar e dar o melhor de mim, não julgo jamais a criança, tem que acolher e trazer os pais para perto, entender e conversar com eles, mostrar, ser firme com eles, seu filho vai daqui até aqui, você quer que ele vá até ali, sou positiva com os pais, mas firme, às vezes me acham grossa, mas acho que falar a verdade e contar com eles é fundamental. A maior parte das nossas crianças está com a família desestruturada, por isso, se não acolher a família e não mostrar o caminho para o filho evoluir, a aprendizagem não acontece*”. A seu modo, o docente consegue mostrar que o problema está muito além de questões pedagógicas, a escola precisará lidar com o acolhimento às crianças e famílias, por vezes, desestruturadas, por vezes órfãs da pandemia.

De acordo com o Unicef (2021), a pandemia da Covid-19 teve um impacto profundo na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens, que pode perdurar por muitos anos. Estima-se que mais de um em cada sete jovens entre 10 e 19 anos tenha algum transtorno mental diagnosticado, e cerca de 46 mil adolescentes morreram por suicídio anualmente, uma das principais causas de morte nessa faixa etária. Apenas 2% dos orçamentos de saúde globais são destinados à saúde mental, revelando uma grande disparidade entre as necessidades e o financiamento. Henrietta Fore, diretora executiva do Unicef, destacou que o isolamento e a falta de interação social durante a pandemia agravaram os problemas de saúde mental, já subestimados antes da crise.

Haja vista as respostas dadas, perguntou-se aos entrevistados que iniciativas têm sido realizadas para envolver as famílias no processo de alfabetização e letramento dos alunos? A essa questão, as respostas foram:

Quadro 7: respostas à pergunta que iniciativas têm sido realizadas para envolver as famílias no processo de alfabetização e letramento dos alunos?

Professor	Resposta
P1	Acolher, trazer a família para perto, entender qual é o real problema e trabalhar diferentes estratégias pedagógicas e enturmações são algumas das ações que as escolas precisam focar para garantir a aprendizagem de todos.
P2	Não há uma ação da escola pensando na defasagem, eu, iniciativa minha, como tenho um grupo de WhatsApp, relembro os pais da importância de rever os conteúdos, fazer as tarefas e cobro o porquê não foi feita, buscando o compromisso deles. Agora, do poder público, nada de concreto ainda.
P3	Nem a escola como um todo e nem o poder público trouxeram estratégias ou houve um momento de parar e pensar e estruturar estratégias para sanar as dificuldades evidentes. Muitos pais nem nas reuniões de pais participam.
P4	Nenhum. O que se percebe é que os pais querem que a escola eduque e ensine, cumpra os dois papéis, da família e da escola.
P5	O maior desafio é a família, ainda, em nos auxiliar, pois a criança sabe driblar o pai, e o pai está muito sem autoridade com o filho, o maior desafio é esse, é o filho que está mandando. Quando a gente vê que a criança flui, a gente vê que o pai e a mãe estão mandando.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Sobre esse quesito, as respostas foram: “*acolher, trazer a família para perto, entender qual é o real problema e trabalhar diferentes estratégias pedagógicas e enturmações são algumas das ações*” (P1); “*não há uma ação da escola pensando na defasagem, eu, iniciativa minha, como tenho um grupo de WhatsApp, relembro os pais da importância de rever os conteúdos, fazer as tarefas e cobro o porquê não foi feita, buscando o compromisso deles*” (P2).

Constata-se que os professores, já sobrecarregados, ainda se esforçam para acolher e dialogar com as famílias, tentando integrá-las ao processo de ensino e aprendizagem. No entanto, muitas vezes não encontram a resposta esperada dos pais. Apesar disso, é fundamental que, neste momento, família e escola colaborem estreitamente para superar as dificuldades.

Para além disso, as falas também apontam que, no caso de alguns professores, não acontece nenhuma estratégia de envolvimento das famílias no processo de alfabetização e letramento dos alunos. Ademais, sentem-se desamparados pelos órgãos públicos e pela gestão escolar, pois “*não há uma ação da escola pensando na defasagem*” (P2) e “*do poder público, nada de concreto ainda*” (P2); ainda afirmaram que “*nem a escola como um todo e nem o poder público trouxeram estratégias ou houve um momento de parar e pensar e estruturar estratégias para sanar as dificuldades evidentes*” (P3).

Nessa toada, o excerto de Oliveira, Borges e Silva (2022, p. 60) explica a situação que, hoje, as escolas vivenciam:

Dois anos de pandemia seria a forma modeladora para novos contextos. Isto é, prelúdios das dificuldades de aprendizagem que hoje são sentidas na sala de aula. Sem dúvida, a falta de um padrão orientador, investimentos de capacitação e políticas públicas que incentivem a atualização dos docentes agravaram o processo.

A carência de ações governamentais e escolares específicas é notável, particularmente no que tange à orientação e ao preparo dos professores para as novas demandas emergentes com o retorno às aulas presenciais. A pandemia não só alterou o cenário educacional como também deixou claro que o modelo tradicional já não é

suficiente. Para enfrentar os desafios atuais, é imperativo que haja um investimento contínuo na formação dos docentes, capacitando-os para lidar com as consequências do ensino remoto prolongado e as lacunas de aprendizado que surgiram.

Além disso, as políticas públicas devem ser adaptadas para refletir essas novas realidades, promovendo um sistema de educação mais resiliente e flexível. Isso inclui a implementação de programas de desenvolvimento profissional focados em metodologias de ensino híbrido, uso de tecnologias digitais e estratégias para apoiar a saúde mental e o bem-estar dos alunos. Os governos e as escolas precisam trabalhar juntos para criar um ambiente educacional que não apenas recupere o tempo perdido, mas que também prepare os alunos para um futuro incerto e dinâmico. A colaboração entre todos os setores envolvidos na educação é crucial para garantir que as mudanças necessárias sejam efetivas e sustentáveis, promovendo um ensino de qualidade que responda às necessidades contemporâneas.

Em continuidade, com as perguntas que fazer partes desta categoria, buscou-se saber – quais são os principais aspectos positivos que podem ser destacados no processo de alfabetização e letramento durante o período pandêmico nas escolas municipais? E as respostas podem ser visualizadas no Quadro 8:

Quadro 8: respostas à pergunta quais são os principais aspectos positivos que podem ser destacados no processo de alfabetização e letramento durante o período pandêmico nas escolas municipais?

Professor	Resposta
P1	Textos como parlendas, cantigas, rimas, trava-línguas, poemas, piadas, adivinhas, letras de músicas, todos esses elementos que fazem parte da cultura dos alunos, e contribuem grandemente no momento de alfabetização.
P2	Não vi nenhum positivo no período pandêmico. Foi um período de perda de todos os lados.
P3	Não vi aspectos positivos. Parece que o trabalho todo foi perdido, estamos tendo que refazer tudo de novo, e ter que dar conta do que faltou e do que é do ano.
P4	Não teve nenhum aspecto positivo.
P5	Agora de cabeça não sei, mas acho que tive bons resultados, com aqueles alunos que os pais se empenharam.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao que concerne à pergunta sobre haver aspectos positivos no processo de alfabetização e letramento durante o período pandêmico, foi quase unânime a resposta de que não observaram nenhum ponto positivo, foi um “um período de perda de todos os lados” (P2), e “parece que o trabalho todo foi perdido, estamos tendo que refazer tudo de novo, e ter que dar conta do que faltou e do que é do ano” (P3). À exceção do Professor 1, que apresentou alguns trabalhos que conseguiu fazer: “*textos como parlendas, cantigas, rimas, trava-línguas, poemas, piadas, adivinhas, letras de músicas, todos esses elementos que fazem parte da cultura dos alunos*”; e o Professor 5, que afirmou ter alguns resultados expressivos com alunos que se interessavam em estudar e tinham pais participativos: “*mas acho que tive bons resultados, com aqueles alunos que os pais se empenharam*”.

Essa percepção, vindo dos agentes principais e basilares da educação, deixa muitas preocupações, leva a reflexões, e traz uma certeza: “ressignificar práticas e adaptar-se ao novo cenário do século XXI é sim uma meta a ser alcançada pelos profissionais professores na retomada das atividades pós-pandemia” (MARINHO; SOARES; TEIXEIRA, 2022, p.145).

Por fim, questionou-se – como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais?; e complementarmente: como você, enquanto docente, vê a progressão automática dos alunos das escolas municipais, tendo em vista o período pandêmico e suas consequências?, recebendo as respostas apresentados no Quadro 9 e 10, respectivamente. Acerca dessas perguntas, optou-se por analisá-las conjuntamente, dado que se completam.

Quadro 9: respostas à pergunta como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais?

Professor	Resposta
P1	Entre eles, destacam-se aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares. Fatores como condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição também são considerados determinantes para a aprendizagem do aluno na escola e fora dela.
P2	Nas minhas turmas não há nem como reprovar, pois a única coisa que reprova são as faltas. A progressão desses alunos vai acontecer.
P3	O que acontece é que independentemente do nível de aprendizagem esses alunos passam para o próximo ano, pois não pode reprovar, nem reter.
P4	A consequência é continuar no próximo ano sem resolver as dificuldades, a defasagem, pois não conseguimos sanar, às vezes parece que chovemos no molhado, está muito difícil.
P5	Na verdade, os alunos que vieram com dificuldade passam sem saber e isso vai se arrastando, é uma lástima para nossos alunos esse sistema.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quadro 10: respostas à pergunta como você, enquanto docente, vê a progressão automática dos alunos das escolas municipais, tendo em vista o período pandêmico e suas consequências?

Professor	Resposta
P1	As aulas práticas precisam ser bem planejadas e estar de acordo com a realidade da instituição, considerando tempo, espaço e recursos. Diferentes espaços da escola podem ser explorados durante as atividades, como o pátio, a biblioteca e a sala de informática.
P2	A progressão automática está trazendo muitas perdas, está colocando adolescentes com déficit terrível em escolas, sem condições em anos avançados, sem o mínimo domínio das habilidades necessárias para aquele ano. Acho que isso é uma situação sem volta, que trará resultados desastrosos. Isso vai se arrastar pelo ensino médio e para a faculdade.
P3	Essa progressão automática, somada à realidade pandêmica é um desastre.
P4	Concordo com as colegas, nada de bom virá desse contexto de progressão e período de pandemia e pós-pandemia.
P5	As políticas públicas estão começando, materiais já foram enviados. Você chama a família, ela não vem, encaminha a família para algum setor que pode ajudá-la em relação a algum transtorno e família não vai, por exemplo, neuro, psicólogo, fono. A professora que atende no AEE, os alunos não são levados nos atendimentos. E agora está sendo implantada a justiça restaurativa, estou confiante nessa ação. Eu nunca desisti da educação, eu posso estar mais velha, não exercendo meu papel de professora, quando surgir efeito, mas meu coração vai ficar em paz, porque o que a gente deixa, o legado que a gente deixa. É tão bonito ver que as escolas estão caminhando, não é o prédio, mas as pessoas que passam por aqui. Acredito muito na justiça restaurativa, porque as coisas não podem ficar como estão para as crianças, elas estão sendo muito lesadas, e com esse novo olhar as crianças vão expandir.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A defasagem é um grande problema, visto que, no ciclo em que ocorre a alfabetização e o letramento, a progressão é automática, os alunos não podem ser retidos no mesmo ano. Isso resulta em alunos avançando para anos subsequentes sem terem adquirido as habilidades básicas necessárias para acompanhar o conteúdo, gerando um acúmulo de deficiências ao longo dos anos escolares. Nesse sentido, ao que compete a como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais, os professores entrevistados preocupam-se, pois *“independentemente do nível de aprendizagem esses alunos passam para o próximo ano, pois não pode reprovar, nem reter”* (P3).

Silva (2021), acerca da progressão automática, aclara que muitos intelectuais contemporâneos das universidades brasileiras apoiam a fundamentação dos sistemas de progressão continuada e o regime de ciclos escolares como formas de organização escolar. Essa abordagem permite que os alunos avancem sucessivamente sem interrupções entre séries, ciclos ou fases. No entanto, há autores que alertam para a necessidade de garantir a aprendizagem efetiva dos alunos, evitando que o ensino público seja empobrecido. Eles defendem que os alunos devem realmente aprender antes de progredir, garantindo que avancem com o conhecimento necessário. Essa abordagem visa combater a evasão escolar, reduzir a distorção idade/série e prevenir a repetência nas redes de educação estaduais e municipais.

Para isso, é muito importante que se tenha, como alternativas, a centralização, o processo de ensino voltado totalmente para a aprendizagem do aluno e que se busque o envolvimento de toda a escola. Para isso, é preciso que se promova a capacitação continuada dos docentes, que se organizem os processos avaliativos e os laboratórios de aprendizagem, em busca de uma proximidade com a família, para que conquiste o apoio dos pais e da comunidade em que a escola está inserida, bem como promover eventos motivadores. Hoje, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a progressão está relacionada entre competências gerais que se desdobram em competências e habilidades, as quais os alunos devem desenvolver no decorrer de toda a Educação Básica, isto é, ao longo dos anos, bem como do currículo, com competências específicas de área e componente curricular (SILVA, 2021, p. 33).

Todavia, a autora esclarece que muitos estudiosos e professores são contra a progressão automática, tal qual os docentes participantes desta pesquisa: *“há aqueles que não defendem a progressão continuada, pois acreditam que da forma como se efetiva nas escolas atropela todo o processo de aprendizagem dos alunos e, ainda, os aprova de forma automática, não garantindo seu aprendizado”* (SILVA, 2021, p. 33).

Nesse viés de não concordar com a progressão automática, os entrevistados asseveraram sobre como veem a progressão automática dos alunos das escolas municipais, tendo em vista o período pandêmico e suas consequências: *“a progressão automática está trazendo muitas perdas, está colocando adolescentes com déficit terrível em escolas, sem condições em anos avançados, sem o mínimo domínio das habilidades necessárias para aquele ano. Acho que isso é uma situação sem volta, que trará resultados desastrosos. Isso vai se arrastar pelo ensino médio e para a faculdade”* (P2); *“essa progressão automática, somada à realidade pandêmica é um desastre”* (P3); e *“nada de bom virá desse contexto de progressão e período de pandemia e pós-pandemia”* (P4).

Frisa-se, nas falas, a colocação do Professor 5, que apresenta uma visão mais otimista da educação e do ser professor, além de trazer uma informação interessante, de que no município de Nova Xavantina/MT está sendo implantada a Justiça Restaurativa, que abrangerá as escolas também: *“agora está sendo implantada a justiça restaurativa, estou confiante nessa ação. Eu nunca desisti da educação, eu posso estar mais velha, não exercendo meu papel de professora, quando surgir efeito, mas meu coração vai ficar em paz, porque o que a gente deixa, o legado que a gente deixa. É tão bonito ver que as escolas estão caminhando, não é o prédio, mas as pessoas que passam por aqui. Acredito muito na justiça restaurativa, porque as coisas não podem ficar como estão para as crianças, elas estão sendo muito lesadas, e com esse novo olhar as crianças vão expandir”*.

A dedicação dos profissionais da educação, mesmo diante das inúmeras dificuldades, é crucial para o progresso e a transformação social. Ter educadores comprometidos e que acreditam no poder transformador da educação é fundamental. São esses profissionais que, com sua perseverança e paixão, inspiram e moldam as futuras gerações. Eles são os verdadeiros agentes de mudança, capazes de criar um impacto duradouro na vida de seus alunos. A educação, portanto, não depende apenas de estruturas físicas, mas, sobretudo, das pessoas que se dedicam a esse propósito, deixando um legado de conhecimento e valores.

IV. Sentido de enfrentar desafios políticos e sociais

Ao abordar os desafios políticos e sociais, é essencial reconhecer que eles estão intrinsecamente ligados aos desafios pedagógicos. As ações políticas e sociais têm um impacto direto e significativo no campo educacional. Portanto, é fundamental analisar a defasagem educacional sob duas perspectivas distintas: pedagógica e político-social. A análise pedagógica permite identificar as lacunas de ensino e aprendizagem, enquanto a análise político-social destaca as influências externas, como políticas públicas e condições socioeconômicas, que afetam o ambiente escolar. Separar essas categorias facilita a compreensão completa do problema e a formulação de estratégias mais eficazes para enfrentá-lo.

Dada essa relação paralela entre os aspectos pedagógicos e político-sociais, é pertinente citar a observação de Santos (2021, p. 166-167) sobre a influência mútua entre essas esferas:

Nessa pesquisa sublinhamos a importância da alfabetização (ler, escrever, interpretar e expressar suas percepções) nos demais processos educacionais. Entretanto, identificamos a inconstância das políticas públicas voltadas para a alfabetização que perseguem a questão dos métodos, sem discussão epistemológica e, conseqüentemente, deixando de lado as singularidades dos sujeitos. (...) Nesse sentido, as políticas públicas apresentam características de uma alfabetização simplista, pois as diversidades cognitivas, os tempos e modos de aprendizagem são desconsiderados, com a suposição da padronização da educação a partir de um método que contemple a todos.

Desse modo, na pandemia e no período pós-pandêmico, trouxe à tona desafios políticos e sociais que influenciaram e influenciam diretamente o campo educacional. Os professores, enfrentando a necessidade de adaptar rapidamente suas práticas pedagógicas, perceberam a inadequação das políticas públicas que, ao padronizarem a educação por meio de métodos homogêneos, negligenciam a diversidade dos alunos. As políticas simplistas não abordaram adequadamente as desigualdades exacerbadas pela crise sanitária, tais como o acesso desigual à tecnologia, o impacto da saúde mental e a falta de suporte adequado para alunos e docentes. Assim, as fragilidades das políticas públicas, evidenciadas durante a pandemia, reforçam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e epistemologicamente fundamentada que reconheça as singularidades dos sujeitos e os múltiplos contextos em que estão inseridos.

Nesse rumo, esta categoria se compõe por três perguntas feitas aos entrevistados, quais sejam: quais são as medidas políticas e sociais que estão sendo implementadas para enfrentar os desafios na alfabetização e letramento durante a pandemia?; como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais?; e você se sentiu amparado ou teve algum curso ou orientação pedagógica para trabalhar durante a pandemia e quando as aulas retornaram?

A questão que versa sobre os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico que afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais se repete nessa categoria, pois as respostas se desdobram em dois vieses: pedagógico e político-social. Do ponto de vista pedagógico, a interrupção das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto resultaram em perdas significativas de aprendizagem, comprometendo a alfabetização e o letramento essenciais nos primeiros anos escolares. No âmbito político-social, as respostas indicam a implementação de programas de políticas públicas que instituíram a progressão automática, como o regime de ciclos escolares e a progressão continuada. Esses programas visam reduzir a repetência e a evasão escolar, mas a

pandemia revelou suas limitações, destacando a necessidade urgente de revisar e adaptar essas políticas para enfrentar as novas demandas e lacunas educacionais.

Dessa maneira, as respostas ao questionamento “quais são as medidas políticas e sociais que estão sendo implementadas para enfrentar os desafios na alfabetização e letramento durante a pandemia?” são apresentadas as seguintes afirmações:

Quadro 11: respostas à pergunta quais são as medidas políticas e sociais que estão sendo implementadas para enfrentar os desafios na alfabetização e letramento durante a pandemia?

Professor	Resposta
P1	Olhar com atenção para essa situação e planejar ações efetivas para combater esses índices e recompor as aprendizagens desses estudantes é fundamental para que toda a trajetória escolar deles não seja prejudicada.
P2	O Alfabetiza e o Pacto. O avalia também, mas é para ver como está o rendimento. O Pacto trazia pelo menos, mais práticas, a Alfabetiza é muita teoria e avaliação, mas não tem material.
P3	O Alfabetiza e o Pacto. O Avalia também, mas é para ver como está o rendimento, não ajuda o professor a criar estratégias ou lhe prepara para trabalhar com essa nova realidade, de defasagem e recuperação da alfabetização e letramento.
P4	O Alfabetiza, o Pacto e a avaliação da fluência leitora e segundo ano.
P5	Estamos muito bem assessorados por materiais, porém, a pessoa que está lá em cima, organizando e enviando, colocando o trabalho dentro do sistema, que joga para as escolas, para os professores, provavelmente nunca esteve dentro de uma sala de aula, ela estudou na sala de aula, mas presente, igual o professor está, dia a dia, essa pessoa não sabe como é o nosso dia a dia. muitas vezes é um trabalho esplêndido, e você olha e pensa, nossa será que vai dar certo, porque é um trabalho lindo no papel, e quando a gente traz para o pátio da escola, para a nossa sala de aula e percebe que, na maioria das vezes, é preciso modificar o que é implantado, porque o sistema acha que tem que passar uma criança que, embora todas as atividades que desenvolvemos, damos o melhor, os pais ajudam, a criança ainda fica à mercê, porque são provas. Por exemplo, são crianças que tem déficit de atenção, aí a prova vem igualzinha para todas, quando é uma prova avaliativa, então, não tem um suporte para aquela criança, então, como, ela tem laudo, tem auxiliar ou segundo professor, mas na hora da prova... é um disparate essa situação. Trata a criança totalmente diferente, na hora da prova, o cuidado e atenção que é lhe dado ao longo do processo, entendendo seu processo de aprendizagem não é respeitado, é uma fala uma coisa e faz outra. É um sistema, é uma política pública, que vem de cima para baixo, implantada por alguém que nunca esteve na base da educação, que desconhece tudo isso. O sistema precisa entender que o processo da educação básica não faz milagre, não consegue acudir tudo, é preciso preparar bem a base, essa é nossa função, o ponto crucial da educação é a base, e não estamos conseguindo fazer isso porque a é tanta coisa sendo implantada sem sentido para essa base.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As respostas sinalizam alguns programas que estão presentes nas escolas e precisam ser cumpridos e aplicados – o Alfabetiza MT, o Avalia MT, o PNAIC e a Avaliação da Fluência Leitora do Segundo Ano.

Os programas como o Alfabetiza, o Pacto e o Avalia desempenham papéis distintos nesse processo. O Alfabetiza e o Pacto se destacam por suas abordagens, com o primeiro focando mais na teoria e avaliação. Contudo, o Professor 1 reforça que “o Pacto trazia, pelo menos, mais práticas, a Alfabetiza é muita teoria e avaliação, mas não tem material”, ou seja, o Programa Alfabetiza MT traz teorias sem fornecer materiais práticos para o professor. O Pacto, por outro lado, oferecia práticas mais concretas, embora ainda insuficientes para a realidade pós-pandêmica. O Avalia MT é essencial para monitorar o rendimento, no entanto, não ajuda diretamente na criação de estratégias pedagógicas para enfrentar a defasagem e recuperação da alfabetização e letramento. A Avaliação da Fluência Leitora no Segundo Ano é outra iniciativa relevante, todavia, que precisa ser complementada com ações práticas e materiais de apoio aos professores, visando uma recuperação efetiva das aprendizagens.

O que essas respostas denotam em relação as políticas implementadas acerca da alfabetização é que,

Embora possa parecer um truísmo, a característica complexa e multifacetada desse processo parece não ter sido sempre tão evidente *por si* no âmbito de políticas públicas para a alfabetização, formuladas, implementadas e avaliadas em níveis local, estadual ou federal nas últimas décadas em nosso país (MORTATTI, 2010, p. 329).

Mortatti (2010) sustenta que, em certos momentos, as “políticas públicas” tendem a focar apenas em aspectos específicos da alfabetização, tratando-os como questões neutras e puramente técnicas, baseadas em uma suposta verdade científica incontestável. Isso ignora que essas políticas são resultado de escolhas e decisões ligadas a determinadas teorias educacionais e do conhecimento, sustentadas por projetos políticos específicos em um contexto histórico particular.

Essa abordagem contribui para a falta de formação e amparo dos professores, que, apesar de perceberem que não há como trabalhar da mesma forma que antes, não conseguem encontrar um rumo para a alfabetização, especialmente diante da defasagem apresentada pelos alunos. Os docentes enfrentam a dificuldade de adaptar suas práticas pedagógicas a novas realidades, sem o suporte necessário para desenvolver estratégias eficazes e inovadoras que atendam às demandas atuais. Consequentemente, a lacuna entre as políticas públicas e a prática docente se amplia, dificultando a superação dos desafios educacionais exacerbados pela pandemia.

O Professor 5 traz uma reflexão e uma crítica de quem está na base, fazendo a educação acontecer: “*a pessoa que está lá em cima, organizando e enviando, colocando o trabalho dentro do sistema, que joga para as escolas, para os professores, provavelmente nunca esteve dentro de uma sala de aula, ela estudou na sala de aula, mas presente, igual o professor está, dia a dia, essa pessoa não sabe como é o nosso dia a dia. muitas vezes é um trabalho esplêndido, e você olha e pensa, nossa será que vai dar certo, porque é um trabalho lindo no papel, e quando a gente traz para o pátio da escola, para a nossa sala de aula e percebe que, na maioria das vezes, é preciso modificar o que é implantado, porque o sistema acha que tem que passar uma criança que, embora todas as atividades que desenvolvemos, damos o melhor, os pais ajudam, a criança ainda fica à mercê, porque são provas*”. A sua fala alude a desnível que há entre a teoria e prática, entre a teoria e o fazer, corroborando as insatisfações dos outros professores, que anseiam por formação, posto que:

A construção de saberes alfabetizador dentro do processo pedagógico é responsabilidade do professor, e essa construção didática exige capacitação para que sob diferentes perspectivas e interações os educandos consigam criar estratégias e hipóteses reconhecendo o sistema alfabético e as diversas formas de escrita que existem como possibilidades formativas desse novo leitor (SOARES, 2016, p. 26).

Oliveira, Borges e Silva (2016), asseguram ser fundamental que os professores busquem constantemente se atualizar para garantir uma educação de qualidade no Brasil. Para eles, as escolas devem estar atentas ao ambiente externo para melhor atender às necessidades de alunos, professores e comunidade. Isso reforça a importância da formação continuada, independentemente do contexto. Assim como a educação precisou se adaptar às mudanças trazidas pela revolução industrial e pela chegada da internet, os profissionais da educação devem agora se ajustar ao contexto pós-pandemia. É urgente que educadores, especialmente alfabetizadores, compreendam as novas demandas e busquem formação continuada para melhor enfrentar a nova realidade.

Outrossim, o Professor cinco traz mais um assunto à baila: a educação especial e como ocorre na escola e como o aluno com laudo é avaliado pelos instrumentos instituídos: “*por exemplo, são crianças que tem déficit de atenção, aí a prova vem igualzinha para todas, quando é uma prova avaliativa, então, não tem um suporte para aquela criança, então, como, ela tem laudo, tem auxiliar ou segundo professor, mas na hora da prova... é um disparate essa situação. Trata a criança totalmente diferente, na hora da prova, o cuidado e atenção que é lhe dado ao longo do processo, entendendo seu processo de aprendizagem não é respeitado, é uma fala uma coisa e faz outra. É um sistema, é uma política pública, que vem de cima para baixo, implantada por alguém que nunca esteve na base da educação, que desconhece tudo isso*”.

Não se quer aqui colocá-las simplesmente em evidência enquanto grupo ou reforçar as suas fragilidades, e sim alertar sobre a necessidade de serem olhados e considerados equanimemente como cidadãos, sujeitos nas suas diferenças, com a condição de vulnerabilidade, se ela existir, mas também em suas potencialidades e especificidades de vida (FRANCO; FRANCO, 2020, p. 180).

Após destacar a importância de considerar equanimemente os alunos como cidadãos, reconhecendo suas diferenças e potencialidades, Franco e Franco (2020) entendem que é fundamental observar como isso se reflete na prática educacional.

Os Professores apontaram que, ao aplicarem as avaliações instituídas pelas políticas públicas para medir o progresso na alfabetização e letramento, embora existam recursos para auxiliar alunos com laudo, como adaptações de aulas, as avaliações, citadas o Avalia MT e o Alfabetiza MT, não levam em consideração as especificidades individuais dos alunos, sendo aplicadas de forma uniforme para todos os estudantes, sem considerar aqueles que possuem laudos ou condições particulares de aprendizagem. Isso cria um cenário onde alunos com potencialidades distintas podem ser inadequadamente avaliados, prejudicando uma avaliação mais precisa e justa do seu progresso educacional.

Visto os apontamentos de algumas políticas públicas de avaliação da alfabetização, traz-se, novamente, a pergunta “como os desafios pedagógicos, políticos e sociais causados pela defasagem na alfabetização e letramento durante o período pandêmico afetam o processo de progressão automática dos alunos nas escolas municipais?”, pois crê-se que estejam interligadas. As respostas dos entrevistados estão no Quadro 9.

Ao destacarem que entendem a progressão automática como prejudicial para as crianças em período de alfabetização, as professoras remontam às políticas públicas que implementaram os ciclos e a progressão automática.

Parece que a diáde repetência/promoção automática ainda está na pauta educacional do país, como se nota, por exemplo, na relevância que assume nas disputas eleitorais

(...) e na centralidade que possui no debate pedagógico, uma vez que não é vista somente da ótica do fluxo escolar, mas também do ponto de vista da qualidade do ensino e da aprendizagem (OLIVEIRA, 2014, p. 63).

A preocupação com os índices de repetência foi que levou à proposição da promoção automática e da progressão continuada. A repetência era considerada um resultado do fracasso escolar, “cujas consequências repercutem não só no âmbito pedagógico, mas também no econômico e demográfico dos sistemas de ensino” (OLIVEIRA, 2014, p. 79-80). Para além disso, a progressão continuada e a aprovação automática precisam ser vistas, consoante Duran (2003, p. 64), como uma:

[...] mudança na concepção de avaliação vigente na escola, que se prendia fundamentalmente a padrões de aprovação e reprovação. Mais do que isso: ao abrir a possibilidade da flexibilização na organização curricular, nos critérios de agrupamento de alunos, nos métodos e conteúdos de ensino, a proposta exigia uma avaliação de outro tipo, de dimensão educativa, capaz de reconhecer e valorizar os progressos dos alunos e de permitir ao professor e à escola observar os resultados de sua prática, ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Talvez a progressão e aprovação automáticas não sejam o problema, mas sim, que essa nova reorganização do Ensino Fundamental deve considerar e pôr em prática formação continuada de professores e demais educadores que atuam na escola, formar grupos de estudo para que a prática seja avaliada, a teoria seja transposta para a prática e experiências sejam trocadas. Ademais, o acompanhamento e a avaliação do processo de alfabetização e letramento devem garantir que o trabalho do professor possa acontecer e ter sequência, assegurando ao aluno o envolvimento na construção de sua aprendizagem (OLIVEIRA, 2014).

Essa discussão leva a pergunta final desta categoria – você se sentiu amparado ou teve algum curso ou orientação pedagógica para trabalhar durante a pandemia e quando as aulas retornaram? – que recebeu as seguintes respostas:

Quadro 12: respostas à pergunta você se sentiu amparado ou teve algum curso ou orientação pedagógica para trabalhar durante a pandemia e quando as aulas retornaram?

Professor	Resposta
P1	Foi realizado cursos para ajudar os professores; acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. A educação deve preparar os alunos para o futuro. Isso inclui habilidades como pensamento crítico, colaboração, criatividade e competências digitais.
P2	Não, tivemos alguns encontros, mas não eram orientações de como trabalhar, eram cobranças e regras, tinha de fazer grupos de WhatsApp, responder os pais, explicação de quando era aula online e quando era pra enviar material impresso.
P3	Não tivemos nada disso, nem orientação, formação, não recebemos material. Só cobranças. No retorno, apesar de termos pedido, nunca recebemos nada de formação de como atuar com essa realidade de chegava, de defasagem. Precisariamos de oficinas que nos mostrassem como avaliar adequadamente o aluno para entender em que nível de aprendizagem o aluno está.
P4	Não recebemos nada, nem lá no período de isolamento, nem no retorno.
P5	Alguns materiais já foram enviados. Tivemos reuniões com a Secretaria de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os professores, em sua maioria, manifestaram sentir-se desamparados durante a pandemia e no retorno às aulas, apesar de relatos de reuniões da Secretaria de Educação que afirmam ter havido suporte. Há um claro ruído de comunicação entre o que os professores esperavam como orientação pedagógica e o que a secretaria ofereceu. Enquanto os professores desejavam cursos e orientações práticas para desenvolver suas habilidades durante e após a pandemia, a secretaria parece ter focado mais em aspectos burocráticos e administrativos do trabalho docente.

Esse descompasso sugere a necessidade urgente de alinhar as expectativas e práticas entre professores e a secretaria, garantindo que as orientações pedagógicas oferecidas sejam claras, relevantes e eficazes para apoiar o ensino durante períodos desafiadores como a pandemia. Isso não apenas fortalece a confiança e o desempenho dos educadores, mas também melhora a qualidade da educação oferecida aos alunos.

A assertiva – “*precisariamos de oficinas que nos mostrassem como avaliar adequadamente o aluno para entender em que nível de aprendizagem o aluno está*” – do Professor 3, evidencia a preocupação em relação ao futuro processo de alfabetização e letramento, cientes de que não será mais viável atuar da mesma forma que antes. Isso reflete suas inseguranças quanto aos métodos a serem aplicados e o receio de não estarem contribuindo efetivamente para a construção da aprendizagem de seus alunos.

Ou seja,

Enseja-se um novo modo de lidar nas escolas com o ensino e a educação das novas gerações que aí estarão inseridas. Deixar velhos hábitos, buscar novos sentidos para a educação escolar e novos caminhos. Mudar horizontes e não reproduzir mais do mesmo e lamentar perdas em relação a um modelo escolar que pede por mudanças: um modelo com visões apenas imediatistas e competitivas. É a oportunidade que se espera possa ser utilizada para dar novos formatos e significado à educação na escola básica não só nessa transição da pandemia para a volta às escolas, mas para o futuro (GATTI, 2020, p. 37).

Os desafios enfrentados com a defasagem educacional, as dúvidas e percepções acerca de se as avaliações instituídas pelas políticas públicas realmente são eficazes para mediar a aprendizagem, as incertezas sobre a escolha dos métodos adequados para uma educação de qualidade e inclusiva devem servir como catalisadores para os professores se posicionarem como agentes de mudança. É essencial que eles transcendam a mera execução das aulas e se tornem pesquisadores ativos em sua prática. Os professores precisam não apenas aplicar métodos pedagógicos, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento de novas abordagens educacionais que promovam uma aprendizagem significativa e inclusiva. Além disso, é importante que se façam ouvir, participando ativamente de debates educacionais, compartilhando experiências e colaborando com colegas para melhorar continuamente suas práticas pedagógicas.

Apesar de essas afirmações parecem utópicas, a fala do Professor 5 leva a acreditar que é possível: *“eu nunca desisti da educação, eu posso estar mais velha, não exercendo meu papel de professora, quando surgir efeito, mas meu coração vai ficar em paz, porque o que a gente deixa, o legado que a gente deixa. É tão bonito ver que as escolas estão caminhando, não é o prédio, mas as pessoas que passam por aqui (...) as coisas não podem ficar como estão para as crianças, elas estão sendo muito lesadas, e com esse novo olhar as crianças vão expandir”*.

E, com essa fala, são apresentados dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) do estado de Mato Grosso: o índice caiu de 5,9, em 2019, para 5,8, em 2021. Em relação somente à educação pública, o índice é de 5,5. Ainda, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que mede o desempenho das crianças em disciplinas como matemática e língua portuguesa e varia de 0 a 500, no Ensino Básico do estado, matemática teve índice de 213,73 e língua portuguesa, 205,80. Em 2019, eram 221,93 e 210,39, respectivamente. No entanto, os novos dados de 2021 devem ser interpretados com cautela, segundo especialistas, pois foram colhidos em condições que acabaram “mascarando”, de forma não intencional, o verdadeiro retrato da educação brasileira na pandemia.

Ao comparar os índices do Estado com os das escolas municipais de Nova Xavantina, observa-se o seguinte: no Ideb, o município registrou 4,2 em 2019 e 4,5 em 2021. Embora esse nível seja inferior ao estadual, é importante notar que, enquanto o estado regrediu, o município conseguiu progredir. Em relação às notas do Saeb, os índices em matemática foram 244,34 e em língua portuguesa, 241,66. Em 2019, esses números eram 241,25 e 242,79, respectivamente. Isso indica um leve progresso em matemática e uma ligeira queda em língua portuguesa.

A queda em língua portuguesa confirma as percepções dos professores de que o período de pandemia e a volta às aulas presenciais prejudicaram o andamento do desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento, dificuldade que não foram sanadas ainda. Entretanto, não se pode afirmar que não houve avanços e de que o sistema educacional não está funcionando adequadamente, os dados revelam um cenário mais positivo em matemática. Esses resultados demonstram que, apesar das dificuldades e das críticas, o esforço e a dedicação dos professores, bem como o trabalho realizado com competência, estão gerando frutos.

Esses números nos levam a refletir sobre a importância de valorizar o trabalho dos educadores e de considerar os desafios que enfrentam. Ademais, sugerem que, mesmo pequenas melhorias, podem ter um impacto significativo ao longo do tempo. É relevante continuar apoiando os professores com formação contínua e recursos adequados, para que possam enfrentar os desafios pedagógicos e alcançar resultados ainda melhores no futuro.

V. Considerações Finais

Esta pesquisa é resultado das inquietações que surgiram durante meu percurso no Mestrado, um período marcado por grandes transformações em minha trajetória profissional. Inicialmente, experimentei a euforia de começar uma nova etapa; em seguida, enfrentei desafios, obstáculos e um processo contínuo de aprendizados e construções. Passei pela incerteza na definição do tema, pela corrida contra o tempo – diversas etapas que foram vividas e superadas com muito comprometimento e seriedade. Foi nesse contexto de intensa reflexão e transformação pessoal que decidi focar minha pesquisa nos desafios específicos enfrentados durante a pandemia em relação à alfabetização. Inspirada pelos relatos de professores e gestores das escolas municipais de Nova Xavantina, Mato Grosso, e em minha própria experiência em sala de aula, percebi a necessidade urgente de compreender e abordar as dificuldades enfrentadas na educação durante esse período. Assim, esta pesquisa busca

não apenas explorar esses desafios, mas também contribuir para a superação deles, refletindo o compromisso e a seriedade que marcaram minha jornada acadêmica.

Nesse viés, os professores entrevistados destacaram vários desafios críticos durante a pandemia, especialmente a falta de comprometimento das famílias com o processo de ensino e aprendizagem dos filhos. Essa negligência incluía não levar as crianças a profissionais indicados pela escola, como psicopedagogos, fonoaudiólogos, neuropediatras, além de não participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou sessões com psicólogos. A distância física imposta pela pandemia exacerbou esses problemas, pois a alfabetização e o letramento dependem fortemente do contato e da presença. Muitos alunos se encontravam sozinhos do outro lado do computador, e um número significativo sequer participava das aulas ou realizava as atividades. Ademais, muitos pais, analfabetos, não podiam oferecer suporte adequado. Os professores também se sentiram desamparados pelos órgãos governamentais, tanto municipais quanto federais, devido à falta de formações, orientações e materiais adequados. Eles tiveram que se adaptar a um novo estilo de aula online e desenvolver novas estratégias por conta própria. Além disso, ficaram responsáveis por gerenciar grupos de WhatsApp para manter contato com os pais, que frequentemente se aborçavam em horários inoportunos, criando a expectativa de que os professores estivessem disponíveis 24 horas por dia.

A fim de compreender como está o processo de alfabetização no município de Nova Xavantina/MT, inicialmente, foi necessário revisitar alguns temas-chave, quais sejam: conceito de políticas públicas e educacionais, Políticas públicas para alfabetização e letramento, Aproximações conceituais entre Alfabetização e Letramento, Defasagem na Alfabetização e letramento no período pandêmico, e Pandemia e Ensino Remoto.

Acerca desses temas, ao que concerne às políticas públicas e educacionais, o texto discorre que as políticas públicas vão além da elaboração de leis e regras, abrangendo ações concretas para alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, é essencial analisar não apenas os programas e medidas governamentais, mas também os princípios, valores e concepções de educação que elas incorporam, além de sua interação com outros atores sociais e contextos. Embora o Estado exerça controle, regulação e avaliação no campo da educação, essas medidas podem, por vezes, entrar em conflito com as necessidades educacionais. Portanto, é crucial destacar a importância do Estado na educação pública e reconhecer que as políticas educacionais são vitais para o desenvolvimento social, devendo ser elaboradas para beneficiar a sociedade como um todo.

Essas políticas desempenham um papel essencial na formação de uma sociedade justa e igualitária, criando um ambiente propício ao aprendizado, incentivando a participação ativa dos alunos e fornecendo recursos adequados. A função primordial delas, ao menos no papel, é garantir o acesso igualitário à educação, assegurando que todas as crianças e jovens recebam uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica. Além disso, as políticas educacionais deveriam visar reduzir desigualdades, combatendo disparidades no sistema educacional e proporcionando oportunidades equitativas para todos os alunos. Fortalecer o sistema educacional como um todo também é um objetivo fundamental, envolvendo investimentos em infraestrutura, capacitação de professores, implementação de currículos modernos e avaliações contínuas para garantir a qualidade do ensino.

Ao que toca às políticas públicas para alfabetização e letramento, o texto apresenta o relatório do Banco Mundial, “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público em educação no Brasil” (2016-2018), que revelou que, apesar do elevado investimento do Brasil em educação, persistem problemas significativos de eficiência e equidade. Embora o país tenha avançado na redução das taxas de analfabetismo, a qualidade da educação ainda enfrenta desafios consideráveis. O relatório recomendou a implementação de programas que priorizem a formação de professores e a adoção de boas práticas pedagógicas.

Em decorrência principalmente desse relatório e de demais acordos internacionais, diversas políticas públicas foram e têm sido desenvolvidas para melhorar a alfabetização e o letramento no Brasil, como o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC/2012), e, mais recentemente, a Política Nacional de Alfabetização (PNA/2019) e o Programa Mais Alfabetização. Essas iniciativas pretendem aprimorar a qualidade da educação e reduzir desigualdades, com investimentos em formação de professores, infraestrutura e recursos pedagógicos.

Contudo, a pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios, exigindo a rápida adaptação ao ensino remoto e a garantia da continuidade educacional. Durante esse período, foram estabelecidas diretrizes que priorizaram o ensino remoto e a retomada gradual das atividades presenciais, com medidas sanitárias rigorosas. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nova Xavantina/MT, por exemplo, adaptou o calendário escolar e implementou atividades não presenciais alinhadas com as orientações do MEC e da OMS, além de desenvolver um Plano de Contingência para assegurar um retorno seguro às aulas presenciais. Essas políticas e adaptações ilustram um esforço contínuo para enfrentar os desafios emergentes na educação, garantir a inclusão e melhorar a qualidade do ensino, mesmo em contextos adversos.

Ao que tange as aproximações conceituais entre os termos alfabetização e letramento, entende-se que são conceitos essenciais na educação, frequentemente mal compreendidos. A alfabetização envolve o aprendizado de ler e escrever, essencial para a aquisição do código linguístico e a formação de cidadãos críticos capazes de

interpretar diversos tipos de textos. Em contraste, o letramento refere-se ao uso social da leitura e escrita, englobando habilidades cognitivas, sociais e culturais para aplicar a linguagem em contextos variados. A alfabetização deve combinar metodologias diretas e sistemáticas com métodos incidentais e motivacionais para garantir uma educação equilibrada. Já o letramento é um conceito mais amplo, abrangendo um continuum de competências que vão além da simples habilidade de ler e escrever.

Integrar alfabetização e letramento é basilar para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Políticas públicas devem focar na formação de professores capacitados e garantir o acesso a materiais diversificados, estimulando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em todos os níveis de ensino.

Por seu turno, acerca da defasagem na alfabetização e letramento no período pandêmico, o texto alude que, durante a pandemia da Covid-19, resultou de desafios significativos enfrentados pelo sistema educacional, incluindo a transição abrupta para o ensino remoto, a falta de recursos adequados, e questões socioeconômicas como a ausência de dispositivos eletrônicos e acesso à internet. Essa situação afetou especialmente as crianças em fase de alfabetização, que precisam de instrução e suporte constante dos professores para desenvolver habilidades essenciais. A ausência de aulas presenciais comprometeu o contato direto com o ambiente escolar, essencial para a alfabetização, resultando em um atraso no aprendizado e possíveis efeitos de longo prazo no desenvolvimento acadêmico dos alunos.

O diagnóstico das lacunas de aprendizagem tornou-se fundamental para adaptar o ensino às necessidades individuais dos alunos, permitindo identificar competências adquiridas e áreas a serem desenvolvidas. Desigualdades digitais também desempenharam um papel significativo, destacando a importância da supervisão familiar e dos recursos tecnológicos adequados. Embora a falta de recursos financeiros possa agravar a situação, o uso de recursos pedagógicos simples e a democratização da gestão escolar são fundamentais para uma educação inclusiva e eficaz. A pandemia levantou questões sobre possíveis transformações sociais e a capacidade da sociedade de adotar mudanças significativas para um futuro mais consciente e sustentável.

Por fim, ao que concerne à pandemia e ensino remoto, a dissertação versa que, durante a Pandemia da Covid-19, o ensino remoto tornou-se uma solução essencial para manter a continuidade das atividades acadêmicas com o fechamento das escolas. Essa modalidade permitiu a continuidade das aulas sem a necessidade de deslocamentos, reduzindo custos com transporte e alimentação. No entanto, enfrentou desafios, como a adaptação a novas tecnologias, dificuldades de engajamento dos alunos e o risco de acirrar desigualdades sociais e educacionais. A falta de preparo dos professores para o uso de tecnologias digitais e a limitação de recursos foram problemas evidentes. A necessidade de capacitação docente e de reestruturação dos métodos de ensino se tornou clara

A pandemia exacerbou as desigualdades digitais, com muitos alunos enfrentando dificuldades devido à falta de acesso a equipamentos e internet, além de problemas emocionais relacionados ao isolamento social. O impacto negativo na aprendizagem foi significativo, com queda no rendimento acadêmico e aumento da evasão escolar. A recuperação do conteúdo não absorvido e a abordagem das sequelas psicossociais são desafios urgentes. É essencial desenvolver estratégias pedagógicas que integrem o bem-estar emocional dos alunos e promover a inclusão digital.

Ao que refere a análise do material coletado na pesquisa de campo, foi desenvolvido o capítulo *Desafios e Estratégias em Alfabetização e Letramento: Perspectivas de Escolas Municipais De Nova Xavantina/MT*, nele, através das perguntas e da conversa com o grupo focal, buscou-se responder aos objetivos específicos, que englobavam analisar práticas pedagógicas e políticas implantadas para sanar a defasagem em alfabetização e letramento no município de Nova Xavantina/MT; quais medidas foram tomadas pelas políticas públicas para a defasagem de alfabetização e letramento no período pandêmico no município de Nova Xavantina/MT; investigar os benefícios e prejuízos que a promoção automática pode trazer para o aluno no município de Nova Xavantina/MT.

O grupo focal asseverou que, durante o período de isolamento imposto pela Pandemia de Covid-19, os professores utilizaram uma combinação de atividades online e impressas para manter o ensino. Atividades eram enviadas por meio de sistemas escolares e grupos de WhatsApp, e também eram disponibilizadas para retirada nas escolas. Para engajar os alunos, os educadores empregaram jogos digitais e materiais reciclados, criando vídeos para orientar pais e alunos sobre como usá-los para aprender de forma lúdica. No entanto, o retorno às aulas presenciais trouxe desafios significativos. Os professores enfrentaram a tarefa de recuperar o conteúdo perdido e lidar com as sequelas psicossociais do longo afastamento. Apesar dos esforços para utilizar métodos lúdicos e adaptar o ensino às novas necessidades, houve uma falta de orientação e formação específica por parte dos órgãos governamentais.

Segundo documentos municipais (Mato Grosso, 2023), a Secretaria de Educação havia planejado e implementado estratégias para o ensino remoto, incluindo a distribuição de atividades impressas e acompanhamento contínuo. No entanto, os professores relataram ter recebido muitas cobranças, mas pouca formação ou suporte prático. Os professores entrevistados destacaram a importância da tecnologia durante o

isolamento, utilizando computadores e celulares para gravar vídeos, enviar atividades e manter contato com alunos e pais. A tecnologia continuou a ser uma ferramenta valiosa no retorno às aulas presenciais, com a utilização de vídeos e jogos tanto em sala de aula quanto como atividades complementares. Embora o Programa Alfabetiza esteja em andamento, os professores ainda enfrentam desafios em relação à falta de materiais didáticos adequados tanto durante o isolamento quanto no retorno às aulas presenciais.

Esta pesquisa deixa evidente que, durante o isolamento, os professores precisaram adaptar suas práticas e enfrentar uma sobrecarga de trabalho, combinando as responsabilidades profissionais e pessoais em um contexto sem precedentes e inseguro. Essa situação impactou diretamente sua saúde e bem-estar.

Após a pandemia, os professores enfrentam grandes desafios para superar a defasagem na alfabetização e letramento dos alunos. Muitos expressam desmotivação e frustração, considerando que as lacunas são extensas e difíceis de preencher. Além disso, a falta de políticas públicas efetivas para tratar as dificuldades na alfabetização e letramento é uma preocupação recorrente. A frustração dos professores é evidenciada pela falta de apoio adequado.

O cenário atual revela um grave problema: muitos alunos, tanto das séries iniciais quanto do Ensino Fundamental 2 não conseguem cumprir tarefas simples, demonstrando um déficit significativo em leitura e escrita. Há uma discrepância entre o que está registrado e o que é observado na prática, evidenciando a necessidade de revisão das abordagens educacionais.

Durante o isolamento, a falta de contato presencial e a dificuldade em garantir que as atividades chegassem aos alunos foram problemas críticos. A falta de acompanhamento dos pais e a ausência de uma rotina de estudos em casa complicaram ainda mais a situação. Contudo, os desafios não se limitaram apenas ao ensino remoto. A pandemia expôs desigualdades sociais, onde muitas crianças não avançaram na alfabetização devido à falta de apoio em casa, uma realidade agravada pela falta de alfabetização dos pais. A falta de suporte presencial e a dificuldade em garantir uma educação contínua foram problemas significativos.

No retorno às aulas presenciais, os professores observaram problemas como falta de atenção, distração e dificuldades em seguir instruções, exacerbadas pelo ambiente de ensino remoto, dificuldades de seguir regras e rotinas tanto em escolas quanto no comportamento dos alunos. Ou seja, o problema vai além do pedagógico, envolvendo a necessidade de acolhimento das famílias, muitas vezes desestruturadas. Os professores entrevistados defendem um engajamento mais firme com os pais, destacando a importância de apoiar as crianças e suas famílias para promover a aprendizagem. Essas observações sublinham a urgência de reavaliar e ajustar as estratégias educacionais para garantir melhorias concretas e sustentáveis na educação.

O grupo focal apontou que os professores têm enfrentado grandes desafios na alfabetização e letramento após a pandemia. Apesar de seus esforços para acolher e envolver as famílias no processo educativo, muitas vezes não recebem a colaboração esperada. As estratégias adotadas por alguns professores incluem o diálogo direto com os pais e o acompanhamento das tarefas, e a falta de apoio institucional é uma constante preocupação. Outrossim, a pandemia expôs a inadequação do modelo tradicional de ensino e a falta de preparação das escolas para as novas demandas. A ausência de ações específicas por parte dos órgãos públicos e das escolas contribuiu para o agravamento das dificuldades de aprendizagem, exigindo uma revisão urgente das políticas educacionais e um investimento contínuo na formação dos docentes.

Segundo os professores, a progressão automática dos alunos, que impede a retenção no mesmo ano, tem gerado um acúmulo de deficiências, com alunos avançando para anos subsequentes sem as habilidades básicas necessárias. Embora alguns professores tenham encontrado maneiras de avançar com alunos engajados e pais participativos, a maioria considera o período pandêmico como um momento de perdas significativas, exigindo a reinicialização de muitos aspectos do ensino. As percepções dos professores sugerem que a adaptação às novas realidades educacionais é uma meta crucial para a retomada das atividades pós-pandemia.

É essencial que as políticas públicas e as práticas escolares sejam revisadas para abordar essas defasagens e apoiar os educadores de forma mais eficaz. A formação continuada dos professores e o alinhamento das expectativas entre escolas e órgãos reguladores são fundamentais para enfrentar os desafios educacionais e promover um sistema de ensino mais resiliente e adaptável.

No município de Nova Xavantina/MT, a implementação da Justiça Restaurativa nas escolas representa um avanço significativo, segundo o Professor 5. Ele expressa otimismo sobre a nova abordagem, destacando que, mesmo após deixar de exercer ativamente o papel de professor, sente-se em paz com o legado deixado e acredita na capacidade das escolas de transformar a vida dos alunos. A visão dele reflete o papel essencial dos educadores, que, mesmo diante de adversidades, continuam a moldar e inspirar as futuras gerações.

Em outro tocante, as respostas dos professores indicam uma discrepância entre a teoria e a prática das políticas educacionais. Programas como Alfabetiza MT, Avalia MT, PNAIC e a Avaliação da Fluência Leitora do Segundo Ano são mencionados, com observações de que o Alfabetiza MT foca mais na teoria, sem fornecer materiais práticos, enquanto o Pacto tinha uma abordagem mais prática, embora ainda insuficiente para a realidade pós-pandêmica. O Avalia MT é importante para monitorar o desempenho, mas não ajuda diretamente na criação de estratégias pedagógicas. A Avaliação da Fluência Leitora precisa ser complementada com suporte e materiais

adequados. Cabe apontar que as políticas públicas muitas vezes tratam a alfabetização como uma questão técnica e neutra, ignorando o contexto educacional e político. Isso resulta em uma lacuna entre as políticas e a prática docente, dificultando a adaptação das práticas pedagógicas às novas realidades.

O Professor 5 critica a falta de compreensão de quem formula as políticas sobre a realidade do trabalho em sala de aula, destacando o desnível entre teoria e prática. Ele também levanta questões sobre a avaliação de alunos com necessidades especiais, ressaltando que as avaliações uniformes não consideram as especificidades desses alunos, o que pode resultar em avaliações inadequadas. É imprescindível considerar as diferenças individuais dos alunos e reconhecer suas potencialidades. A uniformidade nas avaliações institucionais, como as do Avalia MT e Alfabetiza MT, não reflete as necessidades individuais, prejudicando uma avaliação justa e precisa.

Os professores expressaram a necessidade de formação contínua e recursos práticos para enfrentar os desafios da pandemia e suas consequências. Há uma desconexão entre as expectativas dos professores e o suporte oferecido pela Secretaria de Educação, que focou mais em aspectos burocráticos do que em orientações pedagógicas práticas.

As estatísticas do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostram uma leve queda no desempenho em língua portuguesa e um progresso em matemática no município de Nova Xavantina. Embora o estado de Mato Grosso tenha visto uma queda geral, Nova Xavantina conseguiu avançar, refletindo o impacto positivo do esforço dos professores. Esses dados destacam a importância de valorizar o trabalho dos educadores e apoiar sua formação contínua. Pequenas melhorias e a dedicação dos professores têm mostrado progresso, mesmo em um cenário desafiador. Continuar a oferecer suporte adequado e garantir que as políticas educacionais sejam práticas e inclusivas é essencial para melhorar a qualidade da educação e enfrentar os desafios futuros.

Esta pesquisa revela um panorama complexo e desafiador para a alfabetização e o letramento no município de Nova Xavantina/MT, exacerbado pela Pandemia de Covid-19. Os desafios enfrentados pelos professores e alunos, a lacuna entre as políticas educacionais e a prática docente, e as deficiências evidenciadas durante o ensino remoto sublinham a necessidade urgente de uma revisão e reestruturação das abordagens educacionais. As dificuldades identificadas durante a pandemia, como a falta de comprometimento familiar, a defasagem no aprendizado e as desigualdades digitais, destacam a importância de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade escolar. A frustração dos professores com a inadequação das políticas e a falta de suporte prático é um sinal claro de que é preciso um alinhamento mais estreito entre as diretrizes teóricas e as necessidades do cotidiano escolar.

No entanto, é preciso reconhecer o esforço e a resiliência demonstrados pelos educadores em meio a adversidades sem precedentes. A capacidade dos professores de adaptar suas práticas, utilizar tecnologias e desenvolver novas estratégias pedagógicas, apesar das limitações e desafios, é um testemunho do compromisso com a educação e com o futuro dos alunos. À luz desses fatos, surge uma série de indagações e reflexões que precisam ser endereçadas: como podemos garantir que as políticas públicas sejam mais alinhadas às realidades das escolas e às necessidades dos alunos, considerando a diversidade e as particularidades de cada contexto? Quais medidas podem ser implementadas para assegurar que a formação contínua dos professores seja realmente eficaz e adaptada às novas demandas educacionais? De que maneira a colaboração entre escolas, famílias e órgãos governamentais pode ser fortalecida para promover um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo? Como podemos aproveitar as lições aprendidas durante a pandemia para construir um sistema educacional mais resiliente e adaptável às futuras crises?

Olhando para o futuro, é necessário que haja um compromisso coletivo para superar as deficiências identificadas e promover melhorias sustentáveis. O investimento em formação de professores, a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a implementação de políticas públicas mais eficazes são passos cruciais para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Embora os desafios sejam significativos, a determinação e o engajamento dos profissionais da educação oferecem uma base sólida para a construção de um sistema educacional mais justo e eficaz. A esperança reside na capacidade de aprender com as adversidades, ajustar as práticas e continuar avançando com coragem e inovação. O caminho para a superação das dificuldades é longo, mas é também repleto de oportunidades para transformar e melhorar a educação para todos.

Para responder ao objetivo geral de explorar estratégias que podem ser implementadas para reduzir a defasagem em alfabetização e letramento ocorrida durante a pandemia nas escolas municipais de Nova Xavantina/MT, é importante abordar tanto as dimensões pedagógicas quanto políticas e sociais. Abaixo estão algumas sugestões de estratégias que podem ser implementadas:

1. Estratégias Pedagógicas

a. Diagnóstico e Avaliação

Mapeamento das Deficiências: realizar uma avaliação diagnóstica detalhada para identificar as lacunas específicas em alfabetização e letramento de cada aluno. Isso permitirá a criação de planos de intervenção personalizados.

Monitoramento Contínuo: implementar avaliações contínuas para acompanhar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias conforme necessário.

b. Intervenções Diretas

Programas de Recuperação: desenvolver programas de recuperação intensiva focados em habilidades básicas de leitura e escrita, adaptados às necessidades específicas dos alunos.

Métodos de Ensino Diversificados: incorporar metodologias diversificadas, como o ensino híbrido (mistura de ensino presencial e remoto) e práticas de ensino personalizadas para atender diferentes estilos de aprendizagem.

Recursos Didáticos Adaptados: criar e distribuir materiais didáticos adaptados, incluindo recursos digitais e físicos, para apoiar a aprendizagem em diferentes contextos.

c. Capacitação e Formação de Professores

Formação Contínua: oferecer formação contínua para os professores focada em metodologias de ensino adaptadas às novas realidades educacionais e ao uso eficaz das tecnologias.

Compartilhamento de Boas Práticas: incentivar o compartilhamento de boas práticas e experiências entre os educadores para promover a inovação pedagógica.

2. Estratégias Políticas

a. Revisão e Ajuste das Políticas Públicas

Adequação das Políticas Educacionais: revisar e ajustar as políticas públicas de alfabetização e letramento para garantir que sejam realistas e ajustadas à nova realidade educacional pós-pandemia.

Incentivo à Formação Docente: garantir que as políticas incluam investimentos significativos na formação e desenvolvimento contínuo dos professores.

b. Apoio e Recursos

Investimento em Infraestrutura: aumentar o investimento em infraestrutura escolar, incluindo recursos tecnológicos e materiais pedagógicos.

Programas de Suporte Familiar: implementar programas de apoio às famílias para ajudá-las a se envolver mais efetivamente na educação dos filhos, incluindo suporte para famílias com dificuldades de alfabetização.

c. Articulação com Outros Setores

Parcerias Interinstitucionais: promover parcerias com outras instituições e organizações para obter apoio adicional e recursos para a educação.

3. Estratégias Sociais

a. Engajamento Comunitário

Promoção da Participação Familiar: incentivar e facilitar a participação ativa das famílias no processo educativo através de workshops e programas de apoio.

Campanhas de Conscientização: realizar campanhas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da alfabetização e do letramento.

b. Apoio Psicossocial

Suporte Emocional: oferecer apoio psicossocial para alunos e famílias afetados pela pandemia, ajudando a lidar com os efeitos emocionais e psicológicos.

Ações de Acolhimento: desenvolver ações de acolhimento para ajudar na reintegração dos alunos ao ambiente escolar e no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

c. Envolvimento com a Tecnologia

Educação Digital: promover a inclusão digital e garantir que todos os alunos tenham acesso às tecnologias necessárias para o aprendizado.

Utilização de Tecnologias Educativas: integrar tecnologias educativas de forma eficaz para apoiar o ensino e a aprendizagem.

4. Planejamento e Implementação

a. Plano de Ação

Elaboração de Planos de Ação: criar planos de ação detalhados para a implementação das estratégias, com cronogramas claros e metas específicas.

Avaliação e Ajustes: monitorar a implementação das estratégias e fazer ajustes conforme necessário com base nos resultados e *feedback*.

b. Colaboração e Suporte

Trabalho em Equipe: incentivar a colaboração entre professores, gestores escolares e outros *stakeholders* para garantir uma abordagem coesa e eficaz.

Implementar essas estratégias requer um compromisso coletivo e uma abordagem integrada que considere as diversas dimensões do problema. A combinação de ações pedagógicas, políticas e sociais permitirá

enfrentar os desafios de forma abrangente e promover uma recuperação efetiva na alfabetização e letramento, garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos.

Acerca da pesquisa ainda, uma das dificuldades enfrentadas foi a coordenação dos encontros do grupo focal, devido a conflitos nas agendas dos participantes. Como resultado, alguns professores que inicialmente confirmaram sua participação não compareceram aos encontros. Essa situação levou a uma limitação na pesquisa, reduzindo o número de participantes. Apesar de pequeno, o grupo inclui professores de todas as áreas do município de Nova Xavantina.

Para futuras investigações sobre o tema, sugere-se ampliar o número de entrevistados e considerar métodos alternativos para coleta de dados, como entrevistas semiestruturadas realizadas por meio de e-mail ou Google Forms. Esses métodos poderiam facilitar a participação e fornecer uma visão mais abrangente sobre o assunto.

Referências

- [1]. ALFERES, Márcia Aparecida. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: uma análise contextual da produção da política e dos processos de recontextualização. 2017. 246f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/MG, 2017.
- [2]. ALFERES, Márcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 27, n. 102, p. 47-68, mar. 2019.
- [3]. AKIYOSHI, Mayara Cristina da Silva et al. Socialização pós pandemia: dificuldades encontradas em crianças em escolas de salesópolis. *Revista Científica UMC, Especial PIBIC 2022/2023*, Vol. 8, n.2, 2023. Disponível em: <https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/download/1907/1336/6675>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- [4]. BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2011.
- [5]. BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa/Portugal: Editora Edições 70, 1997.
- [6]. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. São Paulo/SP: Editora Edições 70, 2016.
- [7]. BATISTA, Stefany Pereira; AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares. O uso de recursos didáticos e tecnológicos como mediadores do processo de aprendizagem na alfabetização. *Saberes, Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, Caió/RN, v. 23, n. 01, Jul, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/31610>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- [8]. BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução: GUARESCHI, Pedrinho. 7. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.
- [9]. BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2022. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 out. 2022.
- [10]. BERARD, Matilde; RATTAZ, Cécile; PERIES, Marianne; LOUBERSAC, Julie; MUNIR, Kerim; BAGHDADLI, Amaria. Impact of containment and mitigation measures on children and youth with ASD during the COVID19 pandemic: Report from the ELENA cohort. *Journal of Psychiatric Research*, [S.l.], v. 137, p. 73-80, maio, 2021.
- [11]. BERG, Juliana; VESTENA, Carla Luciane Blum; COSTA-LOBO, Cristina. Criatividade na educação: perspectiva complexa. *Revista Criar Educação*, Criciúma/SC, v. 9, n. 3, p. 92-112, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6005>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- [12]. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Editora do Porto, 1994.
- [13]. BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Janelas escancaradas: o potencial da Pandemia na mudança em políticas públicas. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, Brasília/DF, n. 75, 2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2325-boletim-semanal>. Acesso em: 28 set. 2023.
- [14]. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Educação é a Base. Brasília/DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.
- [15]. BRASIL. **Caderno da Política Nacional da Alfabetização (PNA)**. Brasília/DF: Ministério da Educação; Secretaria de Alfabetização, 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.
- [16]. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2023
- [17]. BRASIL. Decreto n. 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jun. 2023.
- [18]. BRASIL. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, nov. 2010.
- [19]. BRASIL. Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, abr. 2019a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/30902116>. Acesso em: 09 set. 2023.
- [20]. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília/DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Conselho Nacional da Educação, 2013. 542p.
- [21]. BRASIL. Lei Federal n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, seção 1, p. 27839, dez. 1996.
- [22]. BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, jan. 2001.
- [23]. BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, jun. 2014.
- [24]. BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, n. 27, seção: 1, p. 1, fev. 2020.
- [25]. BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jul. 1990.

- [26]. BRASIL. Parecer n. 05, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jul. 1990.
- [27]. BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**: Linha de Base. Brasília/DF: INEP, 2015.
- [28]. BRASIL. Portaria MEC n. 1.038, de 7 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC n. 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e a Portaria MEC n. 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, dez. 2020.
- [29]. BRASIL. Portaria MEC n. 1.174, de 20 de setembro de 2021. Altera a Portaria MEC n. 1.038, de 20 de agosto de 2021, para estabelecer orientações complementares para a retomada das atividades presenciais nas instituições educacionais da educação básica e superior. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, set. 2021.
- [30]. BRASIL. Portaria MEC n. 544, de 16 de junho de 2020. Estabelece orientações para a retomada das atividades presenciais nas instituições educacionais da educação básica e superior. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, jun. 2020.
- [31]. BRASIL. Portaria MEC n. 655, de 28 de agosto de 2020. Altera a Portaria MEC n. 544, de 16 de junho de 2020, para estabelecer orientações complementares para a retomada das atividades presenciais nas instituições educacionais da educação básica e superior. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, ago. 2020.
- [32]. BRASIL. Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, out. 2016.
- [33]. BRASIL. Portaria n. 142, de 22 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, fev. 2018.
- [34]. BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, mar. 2020.
- [35]. BRASIL. Portaria n. 826, de 7 de julho de 2017. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação (PNME). **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, jul. 2017.
- [36]. BRASIL. Portaria n. 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, dez. 2020.
- [37]. BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, dez. 2017.
- [38]. CORDEIRO, Layze Cristinne. **Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: o que propõem as publicações da Plataforma SciELO (2010-2017) para a superação do fracasso escola. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2019.
- [39]. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios Propósitos e Processos**. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2012.
- [40]. DOMINGUES, Alex Torres. A interiorização da EaD nas instituições públicas de educação no estado de Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados/MT, v. 7, n. 14, p. 91-106, 2019.
- [41]. FERNANDES, Sergio Brasil; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Políticas públicas educacionais contraditórias: a alfabetização em foco. **Revista de Política e Gestão Educacional**, Araraquara/SP, v. 23, n. 2, p. 286-305, maio/ago. 2019.
- [42]. FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre/RS: Editora Artmed, 2009.
- [43]. FRANCO, Liliâne Repinoski; FRANCO, Lília Sizanoski. Educação especial: reflexões sobre inclusão do estudante com deficiência em tempos de pandemia. In: **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. Cruz Alta: Ilustração, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Janete-Palu/publication/349312858_DESAFIOS_DA_EDUCACAO_EM_TEMPOS_DE_PANDEMIA/links/602a572592851c4ed571ff33/DESAFIOS-DA-EDUCACAO-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.
- [44]. FRANCO, Adriana de Fátima; MARTINS, Lígia Márcia. **Palavra Escrita**: vida registrada em letras: a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Goiânia/GO: Editora Phillos Academy, 2021.
- [45]. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo/SP: Editora Autores associados; Editora Cortez, 1989.
- [46]. GATTI, Bernardete Angelina. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Revista Estudos Avançados**, [S. l.], v. 34, n. 100, p. 29-42, 2020.
- [47]. GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Políticas Docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília/DF: Unesco/MEC, 2011. 300 p.
- [48]. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2018.
- [49]. HUANG, R.H.; *et al.* **Handbook on Facilitating Flexible Learning During Educational Disruption**: The Chinese Experience in Maintaining Undisrupted Learning in COVID-19 Outbreak. Beijing: Smart Learning Institute of Beijing Normal University, 2020.
- [50]. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Nova Xavantina, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/nova-xavantina.html>. Acesso em: 09 set. 2023.
- [51]. KLEIMAN, Ângela. **Preciso ensinar o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Campinas/SP: UNICAMP/MEC, 2005
- [52]. KOHLS-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, Barra do Garças/MT, v. 33, 2021.
- [53]. LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro; SILVA, Antônio José Pereira da; MARTINS, Elcimar Simão. Pesquisa qualitativa em teses de doutorado: uma análise do triênio 2013-2015. **Revista Expressão Católica**; Campinas/SP, v. 6, n. 1, jan./jun. 2017.
- [54]. MAINARDES, Jefferson. **Políticas e práticas de alfabetização: perspectivas autorais e contextuais**. Rio de Janeiro/RJ: Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro; VW Editora, 2021
- [55]. MARTINS, Ângela Maria. Estudos em Políticas Educacionais: uma discussão metodológica. In: MARTINS, Ângela Maria; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas Educacionais**: elementos para reflexão. Porto Alegre/RS: Redes Editora, 2010. p. 21-47.
- [56]. MATO GROSSO. **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios**, n. 4.334, out. 2023. Disponível em: <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/1146805/>. Acesso em: 05 out. 2023.
- [57]. MATO GROSSO. Lei n. 2.059, de 14 de dezembro de 1963. Cria o distrito de Ministro João Alberto, dentro do município de Barra do Garças e dá outras providências. **Diário Oficial**. Cuiabá/MT, dez. 1963.
- [58]. MATO GROSSO. Lei n. 3.759, de 29 de junho de 1976. Cria o distrito de Nova Brasília, no município de Barra do Garças. **Diário Oficial**. Cuiabá/MT, jun. 1976.

- [59]. MATO GROSSO. Lei n. 4.176, de 03 de março de 1980. Eleva à categoria de município a localidade de Nova Xavantina, desmembrado do Município de Barra do Garças. **Diário Oficial**. Cuiabá/MT, mar. 1980.
- [60]. MATTOS, Eliana Ferreira de. **Processo de aquisição do sistema de escrita alfabética de alunos em defasagem idade/série**. 2019, 125f. Dissertação (Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino). Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2019.
- [61]. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed. São Paulo/SP: Editora Papirus, 2003.
- [62]. MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, FINALIDADES e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre/RS, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.
- [63]. MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 15, n. 44, p. 329-341, maio/ago. 2010.
- [64]. NOVA XAVANTINA. **Plano de contingência para retorno das atividades presenciais nas instituições da rede municipal de ensino de Nova Xavantina/MT**. Dispõe sobre plano de contingência para retorno das atividades presenciais no ano letivo de 2021 nas unidades integradas a secretaria municipal de educação e cultura, do município de Nova Xavantina/MT. Nova Xavantina/MT: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), maio, 2021.
- [65]. OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. **Progressão Continuada e outros dispositivos escolares: êxito e fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2014, 436f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014.
- [66]. OLIVEIRA, Helen Vieira de; PINHO, Dina Maria Vieira; SENNA, Luiz Antônio Gomes. Políticas públicas na alfabetização: um diálogo com a avaliação nacional da alfabetização e o Programa Mais Alfabetização. **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 30, n. 115, abr./jun. 2022.
- [67]. OLIVEIRA, Jelson. Excluído digital: é preciso democratizar a tecnologia. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. 1. ed. São Paulo/SP: Editora Outras Expressões, 2020.
- [68]. OLIVEIRA, Wanilce Miranda de. A utilização de estratégias de alfabetização e letramento em sala de aula. **Revista Foco**, Curitiba, Paraná, v. 17, n. 5, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380561963_A_UTILIZACAO_DE ESTRATEGIAS DE ALFABETIZACAO E LETRAMENTO EM SALA DE AULA/link/6643973306ea3d0b7467b5f1/download?tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcenNOUGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 24 jul.2024.
- [69]. OLIVEIRA, Edivânia do Carmo Ramos; BORGES, Luciano Muniz; SILVA, Lucas Eustáquio de Paiva. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E OS DESAFIOS PÓSPANDEMIA: uma reflexão necessária. Caderno de diálogos.
- [70]. PARTEKA, Thamara; WILLMS, Elni Elisa. Alfabetização em contexto de pandemia: algumas ideias sobre transcrição. **Revista Nupeart**, Florianópolis/SC, v. 24, n. 2, p. 76-92, 2020.
- [71]. PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Casa do Psicólogo, 2015.
- [72]. PERTUZATTI, Ieda. DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 27, n. 105, p. 777-795, out./dez. 2019.
- [73]. PHILLIPPS, Alexandra Ferreira. Percepções de docentes da Educação Básica sobre o ensino-aprendizagem na pandemia de Covid-19. **Revista de Educação PUC-Campinas**, vol. 28, e236396, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5720/572077323030/html/>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- [74]. REGO, Lúcia. **Alfabetização e Letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias**. Brasília/DF: MEC, 2006.
- [75]. REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. 2015, 225f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015.
- [76]. SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro/RJ: Editora DP&A, 2001.
- [77]. SANTOS, Ana Claudia Siqueira dos et al. **Alfabetização e letramento: dois conceitos, um processo**. 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc3-6.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- [78]. SANTOS, Raquel Amélia dos. **O processo de alfabetização e defasagem escolar: estudo de caso em escola da rede municipal de Canoas/RS**. 2021, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade La Salle, Canoas/RS, 2021.
- [79]. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Orgs.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Lamparina, 2007.
- [80]. SILVA, Geane Pereira da. Impactos da pandemia Covid-19 na alfabetização. **Revista Even. Pedagog.** Número Regular – Perspectivas na/da Educação Superior Sinop, v. 14, n. 3 (37. ed.), ago./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/11972/8155/41474>. Acesso em: 24 de jul. 2024.
- [81]. SILVA, Carmen Lucia Custódio da. **Os desafios para a progressão continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola do Ensino Fundamental no município de Presidente Kennedy/ES**. 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus/ES, 2021.
- [82]. SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas/SP: Editora Autores Associados; FAPESP, 2002.
- [83]. SILVA, Sidney. Democracia, Estado e Educação: uma contraposição entre tendências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, Porto Alegre/RS, v. 26, n. 1, 2010.
- [84]. SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2020.
- [85]. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: Caminhos e Descaminhos. **Revista Pátio**, Porto Alegre/RS, ano VIII, n. 29, fev./abr. 2004.
- [86]. SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo/SP: Editora Global, 2003. p. 89-113.
- [87]. SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2009.
- [88]. SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**/ Magda Soares, Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- [89]. SOUSA, Kairon; NOBREGA, Jefferson; FREITAS, Renata. Compreendendo o fracasso escolar como uma produção histórica e social. **Revista do Nufen**, Belém/PA, v. 11, n. 1, p. 246-251, jan./abr. 2019.
- [90]. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre/RS, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- [91]. THE Word Bank. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público em educação no Brasil. **Word Bank Group**, nov. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 03 out. 2023.

- [92]. VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo/SP: Editora Martins Fontes, 1988.
- [93]. VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo/SP: Editora Martins Fontes, 1987.